



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

THAMIRIS DE OLIVEIRA SANTOS

REDEÇÃO:

uma cidade média do agronegócio na Amazônia?

BELÉM
2020

THAMIRIS DE OLIVEIRA SANTOS

REDENÇÃO:

uma cidade média do agronegócio na Amazônia?

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Área de concentração: Desenvolvimento socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

BELÉM
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D278r de Oliveira Santos, Thamiris.
Redenção: uma cidade média do agronegócio na Amazônia? /
Thamiris de Oliveira Santos. — 2020.
118 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Saint-clair Cordeiro da Trindade Júnior
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2020.

1. Redenção. 2. Cidade média. 3. Centralidade urbano-
regional. 4. Agronegócio . 5. Amazônia. I. Título.

CDD 711.45

THAMIRIS DE OLIVEIRA SANTOS

REDENÇÃO:

uma cidade média do agronegócio na Amazônia?

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Orientador – PPGDSTU-NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca
Examinador Interno – PPGDSTU-NAEA/UFPA

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
Examinador Externo – FGC-PPGEO/UFPA

BELÉM
2020

AGRADECIMENTOS

No início da pós-graduação, ocupava minha mente em pensar sobre o mar, pedras místicas, pescadores e pequenas cidades. As circunstâncias fizeram mudar completamente os rumos dos meus pensamentos. Terminei a pós-graduação pensando em patas de bois, hectares de soja plantados, agronegócio e cidades médias... Troquei a brisa marítima de uma pequena cidade pelo ar seco de uma cidade média incrustada no continente. Que diferença brutal!

Mas sou grata a tudo o que aconteceu comigo até hoje. Quando escolhi ser geógrafa, ainda no ensino fundamental, foi porque a Geografia e suas múltiplas possibilidades de discussão me encantavam. Fui para a faculdade e me deparei com uma série de desafios e oportunidades. Antes de 2013 eu nunca tinha ido para tão longe de minha casa, enquanto hoje, por ocasião das minhas escolhas geográficas, até em outra cidade estou morando! Enfim, este é um momento para agradecer e compartilhar algumas situações que não cabem dentro da formalidade de uma dissertação.

Primeiramente, agradeço a Deus por todos os direcionamentos até aqui, pela força e pela coragem. Ser pesquisadora na Amazônia é uma tarefa muito custosa por vários fatores, porém, confio e acredito em Deus, que sempre está do meu lado. Quando tenho medo, quando tenho dúvida, quando tenho preocupações, elevo meus pensamentos a Deus e sei que virá a calma.

Agradeço de todo meu coração ao meu orientador, Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Júnior, por ter sido compreensivo nas horas mais difíceis desta caminhada na pós-graduação e por me ouvir nos poucos momentos em que consegui driblar a insegurança e a ansiedade, expondo minhas fragilidades. Obrigado não só pelos ensinamentos metodológicos, científicos, mas, sobretudo, pelos ensinamentos de como buscar ser, a cada dia, uma pessoa melhor como profissional e enquanto ser humano.

Também, à minha turma de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pelas discussões teóricas durante as disciplinas, por compartilharmos sorrisos e sonhos pelos corredores do NAEA. Em especial, à Charlene, ao Gabriel, ao Abner, à Raíssa Yuki, ao Ângelo e ao Leildo, pelos momentos vividos.

Também sou grata ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), pelo acolhimento em 2018, pelas ideias, sorrisos, cafés e sonhos divididos!

À toda a equipe de docentes e demais funcionários do PPGDSTU, pelos ensinamentos compartilhados ao longo desses dois anos, pela ajuda em passar pelos trâmites burocráticos exigidos e pela experiência de viver ao lado de pessoas que passei a graduação admirando. Agradeço, em especial, à Simone, que, com todo cuidado, sempre me ajudou a manter as leituras em dia. Mas não só isso, mantínhamos atualizadas também nossas conversas sobre a vida, o futuro e tudo o mais.

Ao Diogo Braga Mendes, que, com seu olhar estatístico, ajudou-me a compreender o emaranhado de números que dava nó em minha cabeça, mas que, com seu auxílio, transformei em parágrafos e linhas sobre a realidade redencense.

À família sou também agradecida. À minha mãe Ivaneide, que sempre foi e sempre será uma inspiração de mulher, obrigada pelo seu amor, por sua paciência, por estar ao meu lado, por me ouvir e por falar com toda a sua sabedoria. À minha irmã Débora – eu sei o quanto a distância dói até hoje! –, obrigada por me ouvir, por compartilhar músicas, sonhos, séries, risadas e o amor pelos nossos companheiros de quatro patas. Agradeço muito também ao meu padrasto Izaias – que é um homem de coração enorme –, obrigada pelo olhar sempre alegre das situações, e pela leveza e companhia.

Também à toda a equipe da Escola Maria Benta Oliveira de Sousa, em especial, aos meus diretores e coordenadores, Glaucio Martins, Sheyla Vaz, Miguel Lima de Oliveira e Lina Santiago. À Ada Carneiro, nossa secretária incansável, agradeço não somente pelo trabalho burocrático feito com tanto esmero, mas principalmente por todos os sorrisos, abraços e palavras inspiradoras. Obrigada aos amigos de profissão que compartilharam comigo, na sala dos professores, ótimos momentos de risada, reflexão, dúvida e amor à ciência.

Obrigada aos meus vizinhos Layane Camargo, Danielly Silva e Maclaudio Oliveira, pela companhia, por ouvirem minhas queixas e dúvidas e por compartilharem comigo momentos de alegria e de tristeza. Vocês, mais do que qualquer outra pessoa, sabem dos bastidores desta pesquisa.

Agradeço também ao Prof. Dr. Gecilane Ferreira e ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da

Universidade Federal do Tocantins (UFT), por terem aceitado a minha solicitação de participar da disciplina “Etnoconhecimento: Fundamentos e Metodologia”. As longuíssimas viagens até Araguaína eram cansativas, mas a convivência com os colegas tocantinenses recompensava.

Aos meus amigos Benison e Nábila, que, apesar da distância e dos enormes desafios que a vida nos traz, continuam compartilhando comigo nossos sonhos, erros, tentativas e o amor pela Geografia.

Obrigada aos amigos que conheci em decorrência da profissão. Obrigado, Helem, Henrique, Pablo, Edi e Tiago. Obrigada pelos churrascos, pelas conversas descontraídas e pelos momentos de lucidez em meio ao caos!

RESUMO

SANTOS, Thamiris de Oliveira. **Redenção**: uma cidade média do agronegócio na Amazônia? 2020. 117f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

A cidade de Redenção, localizada na sub-região do sudeste paraense, integra a fronteira amazônica como um espaço de expansão da atividade capitalista, nos limites entre a Amazônia e o cerrado brasileiro. A pesquisa, cujos resultados são apresentados na presente dissertação, volta-se para o entendimento da formação histórico-geográfica da centralidade desse núcleo urbano e de sua manifestação espacial. Os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica de cunho teórico-conceitual sobre os temas das cidades médias, do agronegócio e de seus impactos sobre os espaços urbanos brasileiros; revisão bibliográfica de cunho histórico-geográfico sobre a formação socioespacial do sudeste paraense e da cidade de Redenção; levantamento de dados secundários em sites governamentais de órgãos federais, estaduais e municipais; e aplicação de formulários nos estabelecimentos comerciais da cidade. A pesquisa conclui que, não obstante a importância do agronegócio e do comércio e serviços dele decorrentes para a cidade de Redenção, a desigualdade socioespacial intraurbana revela as contradições provocadas por uma atividade que concentra riquezas nas mãos de poucos agentes; daí a importância também do setor público para o Município, não apenas na geração de empregos, como também na transferência de renda para significativa parcela da população pobre local.

Palavras-chave: Redenção. Cidade média. Centralidade urbano-regional. Agronegócio. Amazônia.

ABSTRACT

SANTOS, Thamiris de Oliveira. **Redenção**: uma cidade média do agronegócio na Amazônia? 2020. 117f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

The town of Redenção, located in Southeastern Pará, is part of the Amazon frontier as a space for the expansion of capitalist activity, on the limits between the Amazon and the Brazilian Cerrado. The research whose results are presented in this dissertation focuses on understanding the historical-geographical formation of this urban nucleus' centrality and its spatial manifestation. The methodological procedures adopted were: review of theoretical-conceptual literature on medium-sized cities, agribusiness and its impacts on Brazilian urban spaces; review of historical-geographical literature on the sociospatial formation of Southeastern Pará and of the town of Redenção; primary and secondary data collection in federal, state and municipal government websites; and the application of formularies in commercial establishments in the town. The research concludes that, despite the importance of agribusiness and the resulting trade and services activities to the town of Redenção, the intraurban sociospatial inequality reveals the contradictions caused by an activity that concentrates wealth in the hands of a few agents; hence the importance of the public sector to the Municipality, not only in the creation of jobs, but also in the income transfer to a significant portion of the local poor population.

Keywords: Redenção. Medium-sized city. Urban-regional centrality. Agribusiness. Amazon.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 –	Antiga pista de pouso onde hoje existe a Avenida Santa Tereza	50
Foto 2 –	Avenida Santa Tereza, ainda uma via de comunicação com o mundo	50
Foto 3 –	Rua do Residencial Jardim América	58
Foto 4 –	Entrada do Condomínio Park Imperial	59
Foto 5 –	Condomínio Loureni	60
Foto 6 –	Condomínio Castanheira	61
Foto 7 –	Avenida Araguaia	63
Foto 8 –	Estabelecimento de compra e venda de gado localizado na Avenida Araguaia	76
Foto 9 –	Loja de insumos agropecuários localizada na Avenida Araguaia	77
Foto 10 –	Centro de distribuição da BRA Agroquímica	78
Foto 11 –	Filial da loja Casa do Adubo	79
Foto 12 –	Dia de campo na Fazenda Santa Ana	85
Foto 13 –	Dia da cavalgada	86
Foto 14 –	Cartaz anunciando as atrações musicais da 25ª Expo Polo Carajás	87
Foto 15 –	Casa da Irrigação	89
Foto 16 –	Loja Agro	94
Foto 17 –	Concessionária Agrinorte	99
Foto 18 –	Concessionária Reimac	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Redenção no sudeste paraense	17
Mapa 2 – Localização da Região de Produções Agrícolas	19
Mapa 3 – Localização dos setores na cidade de Redenção-PA	56
Mapa 4 – Localização dos principais comércios e serviços na cidade de Redenção-PA	64
Mapa 5 – Área de alcance das lojas agropecuárias e concessionárias	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Loteamentos abertos na cidade de Redenção, de 2003 até 2015.	55
Quadro 2 –	Cidade de Redenção-PA: estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários	69
Quadro 3 –	Redenção-PA: instituições financeiras localizadas na cidade	93
Quadro 4 –	Redenção-PA: cursos ofertados pelas instituições de nível superior e tecnológico localizadas na cidade	95
Quadro 5 –	Cidade de Redenção-PA: concessionárias de automóveis e máquinas agrícolas instaladas	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Redenção: Evolução da população urbana e rural	51
Tabela 2 –	Sudeste paraense: efetivo de rebanho (cabeça) entre 2013 e 2018	81
Tabela 3 –	Sudeste paraense: expansão da soja na região (área plantada ou destinada à colheita)	83
Tabela 4 –	Composição do PIB entre os anos de 2002 a 2017, do município de Redenção-PA	102
Tabela 5 –	Quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Redenção-PA	103
Tabela 6 –	Número de estabelecimentos por setor produtivo e por ano no período de 2010 a 2018 no município de Redenção-PA	104
Tabela 7 –	Distribuição dos vínculos empregatícios ativos por grande setor em 31/12 no período de 2010 a 2018	104
Tabela 8 –	Município de Redenção: dez principais ocupações no ano de 2018.....	105
Tabela 9 –	Município de Redenção-PA: faixa de remuneração média dos empregados com vínculo ativo no Município até o mês de dezembro entre 2010 a 2018	106

LISTA DE SIGLAS

AM	Amazonas
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BASA	Banco da Amazônia
CEF	Caixa Econômica Federal
CTMG	Companhia de Terras da Mata Geral
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DF	Distrito Federal
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FESAR	Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida
FESSULPA	Faculdade de Ensino Superior do Sul do Pará
FIC	Faculdade Integrada Carajás
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEOURBAM	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GO	Goiás
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDR	Índice de Desenvolvimento Regional
IMA	Índice de Modernização Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ITR	Imposto Territorial Rural
MDCI	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MG	Minas Gerais
PA	Pará
PCDM	Programa de Cidades de Porte Médio
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PE	Pernambuco
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPGDire	Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais

PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
RI	Região de Integração
RO	Rondônia
RPA	Região de Produção Agrícola
RS	Rio Grande do Sul
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEDEME	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
SEMOB	Secretaria Municipal de Obras de Redenção
Sicredi	Sistema de Crédito Cooperativo
SM	Salário mínimo
SP	São Paulo
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNICESUMAR	Centro Universitário de Maringá
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIP	Universidade Paulista
UNIPLAN	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
UNOPAR	Faculdades Integradas Norte do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CIDADE MÉDIA: UMA REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	26
2.1	O que é uma cidade média?	26
2.2	Elementos para pensar a cidade média no Brasil à luz da produção social do espaço	29
2.3	A produção sobre cidades médias na Amazônia: um breve mapeamento dos estudos existentes	36
3	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SUDESTE PARAENSE E DA CIDADE DE REDENÇÃO	40
3.1	A formação socioespacial do sudeste paraense	40
3.2	Redenção: uma breve apresentação histórica e socioespacial da cidade	45
4	REDENÇÃO: UMA CIDADE MÉDIA AMAZÔNICA?	65
4.1	O advento do agronegócio e as transformações socioespaciais	65
4.2	O circuito superior e as demandas do agronegócio	67
4.3	Elementos caracterizadores da condição de cidade média em face do espaço regional e sub-regional	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	111

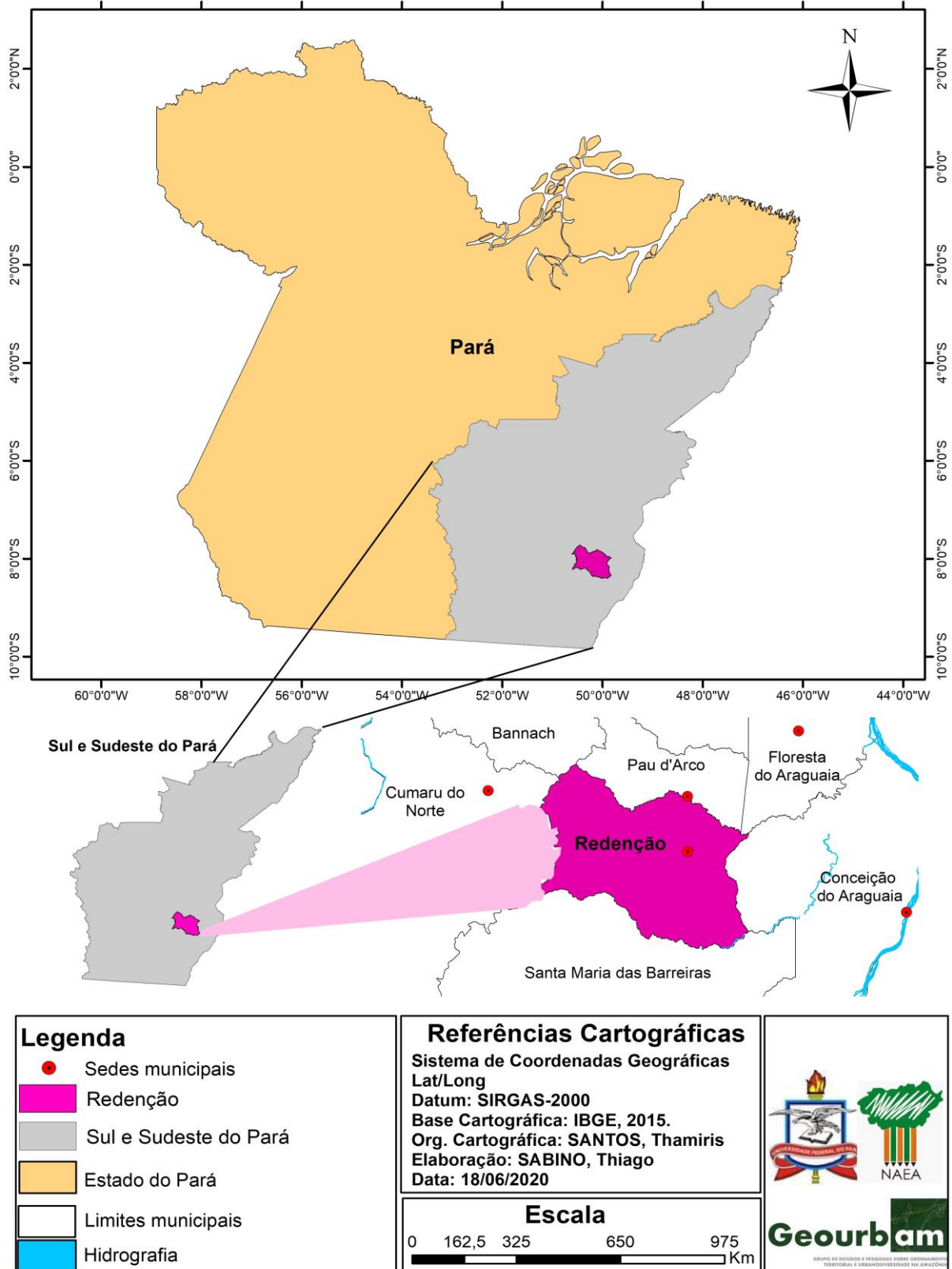
1 INTRODUÇÃO

No período da ditadura militar brasileira, a mesorregião do sudeste do estado do Pará foi palco de políticas de incentivos à colonização agrária. Com o slogan “terras sem homens para homens sem terra”, uma grande quantidade de pessoas, das mais diversas regiões do País, migrou para a Amazônia em busca da aquisição de terras que o governo militar entendia como não habitadas. Nesse contexto, a sub-região do sudeste paraense surgia no quadro territorial nacional como uma área de fronteira (BECKER, 2004), espaço para avanço das novas relações capitalistas de produção, sobretudo voltadas à produção de *commodities*, como minérios e carne bovina.

Assim surgiu o município de Redenção (Mapa 1) localizado na mesorregião do sudeste paraense, inicialmente apenas como lugar de parada de boiadeiros na antiga vila de Boca da Mata, que pertencia ao centenário Município de Conceição do Araguaia (LIMA, 2013). Com a perspectiva de adquirir terras que possibilitassem a produção agropecuária, os primeiros colonos, chamados de “pioneiros”, chegaram à Boca da Mata para criarem gado e, nesse processo, deram origem à Fazenda Santa Tereza (LIMA, 2013). Posteriormente, impulsionada pelo ciclo do ouro em Serra Pelada e em outros garimpos, bem como pela exploração madeireira, a pequena vila passou a crescer mais do que a sede do Município e, no ano de 1982, Boca da Mata tornou-se sede de um novo município que recebeu o nome de Redenção (LIMA, 2013).

Apesar de não existirem informações oficiais sobre a toponímia do novo Município, Lima (2013) aponta que é dominante a versão segundo a qual o nome tem origem na religiosidade de seu povo, bem como na tendência colonizadora de atribuir nomes religiosos às cidades, a exemplo de Santana do Araguaia, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras etc., que integram a mesma sub-região de Redenção. Desta maneira, redenção - que significa o ato de redimir -, na tradição cristã, faz referência ao resgate da humanidade realizado por Jesus Cristo no calvário. Para Lima (2013), a presença da igreja católica na região e a fé cristã dos chamados “pioneiros” é uma das principais explicações para a escolha do nome do município.

Mapa 1 – Localização do município de Redenção no sudeste paraense



Com uma população estimada em cerca de 75.556 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo 70.065 residentes na sede municipal, o Município de Redenção concentra uma grande diversidade de moradores oriunda de várias regiões brasileiras, principalmente do Sudeste e do Nordeste, fato que pode ser comprovado mesmo em conversas informais com os moradores da cidade, cujas falas expressam uma variedade de sotaques.

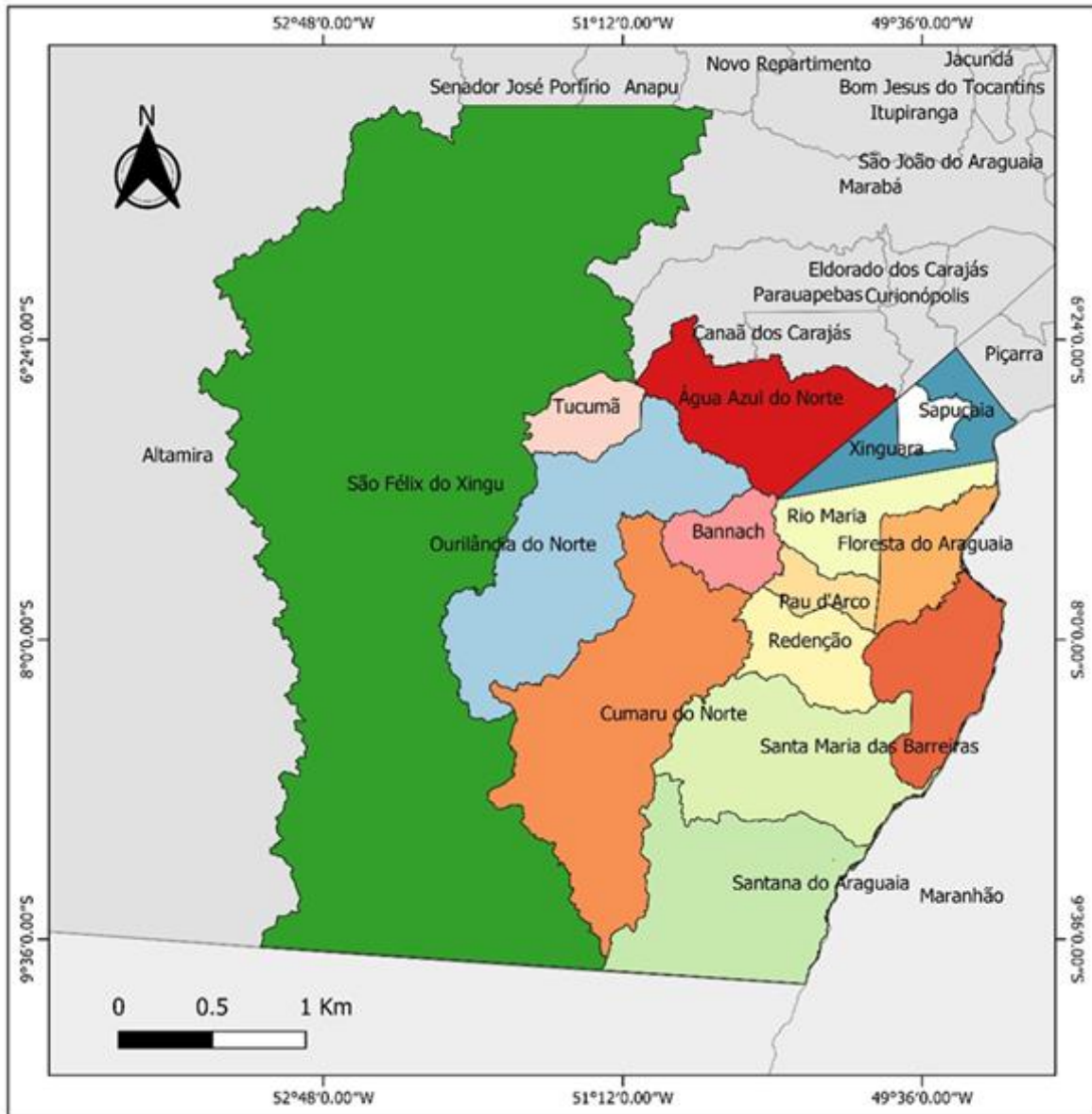
Tal diversidade da população é, conforme já exposto, fruto da inserção do sudeste paraense na economia nacional, como frente de expansão para o capital, principalmente pautada nas atividades agropecuárias. Atualmente, Redenção tem sido reconhecida como cidade polo¹ para o desenvolvimento do agronegócio regional, concentrando comércios e serviços voltados para o atendimento das demandas desse setor da economia.

Sendo assim, a pesquisa, cujos resultados são apresentados na presente dissertação, tem foco no entendimento da formação histórico-geográfica desse centro urbano e sua manifestação espacial, elementos que nos levam ao pressuposto de que Redenção é uma cidade média do agronegócio, com base nas ideias de Elias (2012) a propósito das cidades do agronegócio que atuam como núcleos dentro de uma Região de Produção Agrícola (RPA).

Tomamos como recorte empírico a RPA composta pelas seguintes cidades: Redenção, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumarú do Norte, Bannach, Santana do Araguaia, Xinguara, Sapucaia e Pau D'arco (Mapa 2). A pecuária e, mais recentemente, a sojicultura, constituem as principais atividades exercidas nessa RPA.

¹ É necessário destacar que esse termo, quando utilizado pela população redencense também no âmbito do presente trabalho, não faz referência à teoria dos polos de crescimento, de François Perroux. Os habitantes da cidade utilizam-no com o intuito de expressar a importância regional que a cidade detém. De qualquer forma, é válido destacar que Alves (2019), com base no Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), classifica Redenção como cidade polo em 2010, ficando atrás apenas de Marabá, Parauapebas e Tucuruí. Embora a presente dissertação não pretenda trabalhar com essa linha de análise, é importante destacar que outras pesquisas com metodologias diferentes também apontam Redenção como uma cidade de influência regional.

Mapa 1 – Localização da Região de Produção Agrícola de Redenção



Fonte:
 Base Cartográfica: IBGE 2010
 Datum: SIRGAS 2000
 Imagem: Open Street Map

Feitas essas considerações iniciais, com o intuito de apresentar o cenário no qual a pesquisa foi desenvolvida, destacam-se as questões-problema que serviram como norteadoras ao estudo:

- a) como as demandas do agronegócio impulsionaram Redenção a se tornar um centro regional para essa atividade?
- b) quais atividades urbanas podemos apontar como representantes da centralidade que Redenção exerce sobre o agronegócio regional?
- c) quais as implicações, em nível intraurbano, do papel que Redenção possui na região do sudeste paraense?

É com base nessas questões-problema que a pesquisa pretende analisar o papel que exerce uma cidade com dinamismo recente ligado ao agronegócio, na Amazônia, e sua importância e caracterização como cidade média dentro do contexto de uma Região de Produção Agrícola (RPA) particularizada. Para atingir tal objetivo, foi necessário trabalhar os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar a influência que o agronegócio exerce na formação da centralidade de Redenção no sudeste paraense.
- b) identificar as atividades realizadas na cidade que têm seu foco voltado às demandas agropecuárias regionais, bem como a natureza de sua intermediação urbana no contexto do sudeste paraense.
- c) identificar e analisar as manifestações, no âmbito intraurbano de Redenção, da dinâmica econômica da Região de Produção Agrícola na qual a cidade se insere.

Com a intenção de desenvolver a pesquisa, apresenta-se como hipótese geral que os processos mais recentes dinamizados pela economia agrícola moderna na Amazônia têm permitido a configuração de Redenção como cidade média do agronegócio, devido à centralidade que exerce dentro de uma RPA do sudeste paraense, o que a caracteriza como importante nó concentrador e difusor de

produtos e serviços necessários às atividades agrárias que se desenvolvem em seu entorno nos últimos anos.

Complementarmente, argumenta-se que, devido à distância que se encontra da capital paraense e dos demais centros metropolitanos, Redenção ocupa lugar central na dinâmica do agronegócio regional, resultado do processo histórico de concentração de serviços especializados necessários às demandas deste subsetor da economia no sul e sudeste do estado do Pará.

Ademais, também é possível argumentar que a demanda por atividades que atendam ao agronegócio tem permitido uma concentração de atividades na cidade que se materializa em sua paisagem urbana na forma de lojas de insumos agrícolas, serviços de internet e telefonia rural, revendedoras de maquinários agrícolas, bancos públicos e privados com linhas de crédito destinadas especialmente para essa atividade, entre outros comércios e serviços.

Finalizando o raciocínio referente às hipóteses, as atividades presentes na RPA em que está inserida Redenção repercutem diretamente em sua configuração intraurbana, seja do ponto de vista da infraestrutura e dos equipamentos urbanos – aeroporto, escola agrotécnica, representações de órgãos estaduais e federais etc. –, seja do ponto de vista dos padrões de urbanização e de apropriação do espaço, a exemplo da modernização espacial, da segregação residencial, das territorialidades diferenciadas etc.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa possui caráter quali-quantitativo, por se tratar de uma investigação que visa entender como as relações socioespaciais ocorrem no processo de produção da cidade de Redenção a partir da relevância que este espaço urbano possui para o agronegócio regional. Deste modo, aquela forma de levantamento e de sistematização dos dados proporciona uma boa leitura da realidade a partir das informações que se encontram disponíveis, sejam elas mais qualitativas, ao se relacionar, por exemplo, o processo de formação história regional e local com a produção social do espaço urbano; sejam elas mais quantitativas, ao se buscar estabelecer o perfil da cidade em análise a partir de suas atividades e dinâmica econômica, por exemplo.

Seguindo essa perspectiva, a fim de nos auxiliar na interpretação e na análise da pesquisa, utilizamos o método do materialismo histórico e dialético, por entendermos que tal método nos ajuda na compreensão das contradições, dos

conflitos e dos processos históricos relacionados à produção do espaço urbano de Redenção enquanto cidade média do agronegócio.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos de investigação ou de pesquisa, fizemos, primeiramente, a revisão bibliográfica de cunho teórico-conceitual sobre temas pertinentes à pesquisa, como os circuitos da economia urbana (SANTOS, [1979] 2008); as cidades médias (ELIAS, 2007; TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2016; TOURINHO, 2011; SPOSITO, 2007); a centralidade de cidades médias na Amazônia oriental (CARDOSO, 2018; TRINDADE, 2015; TRINDADE JÚNIOR; PEREIRA, 2007); e as Regiões de Produção Agrícola (RPAs) (ELIAS, 2011), com o intuito de construir o corpo teórico necessário à pesquisa.

Esse momento teórico é seguido por uma revisão de cunho histórico-geográfico de livros, artigos, teses, dissertações, entre outros materiais, que auxiliaram no entendimento da formação socioespacial da região do sudeste paraense e da cidade de Redenção. Esse ponto da pesquisa foi apoiado com base na discussão de Santos ([1988] 2014) acerca de critérios e elementos de periodização. Para este autor, cada mudança de período deixa resquícios do período anterior, pois os sistemas de engenharia de um determinado momento não são eliminados totalmente na transição de uma fase para outra, diferentemente das relações sociais. Além disso, a periodização proposta nos auxiliou a entender as mudanças de valor das variáveis em cada período histórico. Como propôs Santos ([1988] 2014), as mudanças ocorridas no espaço urbano se dão de acordo com as alterações em curso na divisão territorial do trabalho ao longo do tempo.

Também foram aplicados formulários aos funcionários dos estabelecimentos da cidade, para entender como ocorreu historicamente e como se dá atualmente a centralidade exercida por Redenção no que concerne à dinâmica do agronegócio no sudeste paraense, a partir dos circuitos da economia² atuantes na cidade.

Outra ferramenta de coleta de dados foi a pesquisa de fontes secundárias em sites governamentais, como o da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), o da Secretaria de Estado de

² Para Santos ([1979] 2008, [1994] 2012), a economia urbana é composta de três circuitos. O circuito superior compreende as atividades de comércio varejista, indústrias, bancos e firmas multinacionais, com emprego intensivo de ciência e tecnologia no processo de produção, além de um importante apoio do estado. O circuito inferior tem como principais elementos o subemprego, as pequenas atividades comerciais, a incipiente organização administrativa e o baixo uso de ciência e tecnologia na produção. O circuito superior marginal é composto por atividades econômicas que compartilham de algumas das características de ambos os circuitos anteriormente mencionados.

Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Também foi realizada uma visita à Secretaria Municipal de Obras de Redenção (SEMOB), com o intuito de levantar a situação dos loteamentos na cidade. A utilização de dados de fontes secundárias desempenha o papel de auxiliar no entendimento sobre como Redenção exerce sua centralidade na rede urbana a partir do atendimento às demandas do agronegócio, com base em informações disponibilizadas pelos órgãos governamentais, o que possibilita uma visão temporal das dinâmicas que vêm ocorrendo na cidade e na região.

Pela justificativa da necessidade de desenvolvimento da pesquisa, entendemos que a Geografia Urbana na Amazônia proporciona importantes contribuições para o debate em torno das cidades médias localizadas nesta região, como demonstram, a título de exemplo, os trabalhos de Ribeiro (2010), Trindade Júnior (2011), Nunes (2015), Trindade (2015) e Trindade Júnior *et al.* (2016), nos quais as cidades médias da Amazônia oriental são pensadas em diferentes perspectivas, como se vê para o caso dos estudos sobre Marabá (AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010) e Santarém (TRINDADE JÚNIOR, 2011; TRINDADE, 2015), cidades que têm suas histórias iniciadas muito antes da década de 1960; ambas exemplos incontestáveis de cidades médias da Amazônia oriental.

Todavia, seria possível pensar o reconhecimento de outras cidades médias na chamada Amazônia oriental, tendo em vista os papéis mais recentes que vêm sendo assumidos por elas na dinâmica regional? Tomando como base tal interrogação é que nossa pesquisa visa entender a centralidade³ exercida por Redenção dentro da rede urbana do sudeste paraense, reconhecendo esse núcleo urbano como uma cidade média funcional para o agronegócio da região.

³ Dentro do panorama da urbanização amazônica, Trindade Júnior (2015) apresenta três possibilidades de centralidades exercidas pelas cidades médias na Amazônia, quais sejam: a econômica, a política e a socioterritorial. A primeira corresponde aos centros urbanos articulados à manutenção notadamente do circuito superior da economia urbana, com fixos que possibilitam fluxos relacionados à modernização econômica do entorno ao qual a cidade pertence, sendo impulsionado por atividades como extração madeireira ou mineral e o agronegócio. A segunda diz respeito à importância política que uma cidade pode exercer em uma dada região, não somente pelos órgãos oficiais que possa concentrar, mas também por ser importante centro de debate de representações sindicais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais entidades representativas da sociedade civil. A terceira, a centralidade socioterritorial, refere-se aos centros urbanos que possuem importância do ponto de vista sociocultural e por atenderem demandas voltadas para os interesses da cidadania e da pequena economia e não propriamente aos grandes fluxos do mercado dentro do contexto regional.

Assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de estudar outras maneiras de configuração de cidades médias na Amazônia, além daquelas de mesma natureza já reconhecidas pelos órgãos oficiais e pela literatura acadêmica sobre o assunto. No caso de Redenção, sua centralidade pauta-se no fato de ser um importante centro dentro de um espaço que pode ser reconhecido como uma Região de Produção Agrícola (RPA) (ELIAS, 2012), na qual se incluem também outras cidades do sudeste paraense, como Xinguara, Santa Maria das Barreiras, Conceição do Araguaia e Pau D'arco.

Portanto, reconhecer a existência de uma cidade média que tem sua centralidade traçada, principalmente, em um subsetor da economia (nesse caso, a agropecuária), auxilia-nos a entender como a rede urbana amazônica tem se tornado mais complexa, sendo resultado do avanço das relações capitalistas de produção na região, sobretudo após a década de 1960.

Tal complexidade urbana é entendida através da ideia de urbanodiversidade regional (TRINDADE JÚNIOR, 2013), expressa nas múltiplas formas e conteúdos que a urbanização assume no espaço amazônico:

[...] a urbanodiversidade assim entendida é revelada não somente por diversas formas de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem normalmente de processos originados externamente à região, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam à região (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 18).

Dessa forma, nossa pesquisa também se justifica pela necessidade de estudos que auxiliem na compreensão dessa multiplicidade de cidades que se configuram no processo de urbanização na Amazônia, buscando, por outro lado, sinalizar para políticas urbanas menos homogêneas e mais próximas do entendimento da diversidade territorial e urbana que marca a produção social do espaço amazônico na contemporaneidade.

Além deste texto introdutório, item 1, a presente dissertação está estruturada em mais três capítulos, seguidos pelas considerações finais. O item 2 tem por objetivo apresentar os principais apontamentos teórico-metodológicos que foram utilizados na pesquisa, partindo da hipótese de que Redenção é uma cidade média e de que sua centralidade econômica (TRINDADE JÚNIOR, 2015) é marcada pelo atendimento das demandas do agronegócio. Ainda, apresentamos discussão

pertinente ao entendimento sobre o que são as cidades médias para Tourinho (2011), Corrêa (2007) e Sposito (2007), e sobre as cidades médias brasileiras na perspectiva da produção social do espaço, apoiada em Arroyo (2006), Trindade Júnior e Pereira (2007), Santos e Silveira (2001) e Elias e Pequeno (2010). Por fim, é feita uma exposição sobre trabalhos relacionados às particularidades das cidades médias na Amazônia com base em Trindade Júnior e Pereira (2007), Cardoso (2018), Trindade Júnior (2011, 2015) e Trindade (2015).

O item 3 apresenta a formação socioespacial do sudeste paraense e da cidade de Redenção, com o intuito de evidenciar como essa formação foi influenciada pela dinâmica econômica regional e, mais recentemente, pelo agronegócio. Fazendo referência à formação socioespacial da região, utilizamos como fontes bibliográficas os trabalhos de Pereira (2013), Tourinho (2011), Vicentini (2004) e Becker (1990, 2004). Além do contexto da região, é apresentada a trajetória histórica de Redenção desde o período em que fazia parte do município de Conceição do Araguaia, e, para esse percurso, utilizamos Lima (2013, 2015), Marin (2004), Becker (1990), Vaz (2013), Sobrinho Júnior (2015) e Silva (2009). A periodização proposta em Santos (2014) é tomada como base para o entendimento das mudanças e das permanências ocorridas no decorrer da formação da cidade.

O item 4 trata dos elementos coletados durante a pesquisa documental e empírica com o intuito de verificar a hipótese segundo a qual Redenção se constitui uma cidade média do agronegócio. São utilizados os dados levantados em sites governamentais, como os da Prefeitura Municipal de Redenção, da SEDEME, da SEDAP, da SEMOB, a consulta ao Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e a utilização de formulários aplicados aos trabalhadores do setor de comércio e serviço da cidade. Todos os dados foram coletados para elencar elementos que nos possibilitem pensar o papel de Redenção no contexto da rede urbana do sudeste paraense.

Por fim, as considerações finais, item 5, retornam às hipóteses inicialmente levantadas, à luz dos resultados alcançados, a partir das discussões teóricas e metodológicas e do levantamento e sistematização dos dados. Dizem respeito ao desfecho da pesquisa em si e aos possíveis horizontes para o prosseguimento da mesma. Além disso, também são realizadas reflexões sobre como o trabalho desenvolvido pode contribuir para a discussão da urbanodiversidade na Amazônia.

2 CIDADE MÉDIA: UMA REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

As cidades médias há muito tempo são interesses de estudos da Geografia brasileira. Geógrafos como Corrêa (2007), Sposito (2007), Trindade Júnior e Pereira (2007), Tourinho (2011), Castello Branco (2007), Arroyo (2006), Elias e Pequeno (2010) dissertaram sobre a complexidade da urbanização no País a partir de discussões teórico-empíricas acerca da formação e da dinâmica das cidades médias existentes em várias regiões do Brasil e de como esses espaços urbanos têm sua produção influenciada pela produção do capital.

A região amazônica, sobretudo a Amazônia oriental, possui cidades médias que são frutos da relação entre o espaço imediato e aqueles outros localizados em outras regiões do País e mesmo integrantes de grandes mercados globais. A diversidade social e ambiental também são elementos importantes para se entender a dinâmica de uma cidade amazônica. Tendo isso em vista, Trindade Júnior *et al* (2016), Trindade (2015) e Cardoso (2018) apresentam, respectivamente, as dinâmicas das cidades médias de Marabá, Santarém e Altamira e suas particularidades como cidades médias amazônicas.

2.1 O que é uma cidade média?

Para Corrêa (2007), as cidades médias se caracterizam pela combinação específica de tamanho demográfico e organização intraurbana, o que configura uma centralidade regional para esse tipo de cidade. Neste sentido, não é conceitualmente pertinente analisar de modo isolado o tamanho demográfico, pois, ao verificar o processo de urbanização em outros países, por exemplo, nota-se que o tamanho populacional para classificar uma cidade média pode variar se comparado à realidade da urbanização brasileira (CORRÊA, 2007).

A mesma situação se repete ao observar a escala temporal, uma vez que, como afirma o referido autor, um tamanho populacional pode ter significados diferentes dependendo do período considerado⁴. Além disso, as cidades médias

⁴ “Dado o rápido e intenso processo de urbanização que se verifica por toda a parte é preciso considerar que 100.000 habitantes têm significados diferentes quando referenciados a 1940, 1960, 1980 e 2000. Esta observação é válida tanto quando se considera o valor numérico em si, como quando é considerado uma específica cidade e sua dinâmica demográfica. Isto nos encaminha para a questão de que uma cidade tida como média em um passado recente, não seja mais assim

também resultam de processos econômicos e políticos heterogêneos, haja vista que as mesmas possuem particularidades históricas em seus processos de formação e são um ponto funcional na rede urbana a que pertencem (CORRÊA, 2007).

A partir de Sposito *et al.* (2007) é possível acrescentar que a localização de uma cidade média, em conjunto com a possibilidade de acesso aos transportes em uma dada região, também coopera para a influência que a mesma pode exercer. Para a autora, os avanços nas ciências e nas técnicas, representação de um meio técnico-científico informacional (SANTOS, [1996] 2017) hoje configurado, contribuem para a construção de um espaço articulado em redes, mesmo que estas não ocorram de forma contínua no território. Seguindo esse ponto de vista, para estudar uma cidade média é necessário, então, que se considere a conectividade e a contiguidade, elementos que compõem os arranjos pertinentes às verticalidades e às horizontalidades, respectivamente.

Para Santos ([1996] 2017), as verticalidades se caracterizam como um processo de formação de espaços que, embora não contíguos, influenciam o funcionamento da sociedade como um todo, enquanto vetores de informações e comandos necessários à manutenção da ordem capitalista global; de outro modo, as horizontalidades são espaços que se relacionam sem haver descontinuidade, ou seja, é o lugar da contiguidade, são os pontos de manifestação das verticalidades, mas, além disso, também são espaços da contrafinalidade (SANTOS, [1996] 2017).

Existem alguns elementos que nos auxiliam a entender o processo de formação de uma cidade média, quais sejam: a) concentração e centralização econômicas; b) melhoria e diversificação do sistema de transporte e telecomunicação; c) formas contemporâneas de organização espacial de comércio de bens e serviços; e d) fornecimento de bens e serviços para a modernização das atividades agropecuárias (SPOSITO *et al.*, 2007).

Conforme discutido por Tourinho (2011), os estudos de cidades médias, em sua gênese, tiveram o tamanho populacional como seu principal parâmetro. Entretanto, além de não possibilitar uma visão detalhada do fenômeno, a utilização desse critério como principal elemento para classificar uma cidade média pode escamotear o fato de que, no Brasil, o processo de urbanização ocorreu e ocorre de

considerada 20 ou 30 anos depois. É necessário, assim, qualificar a cada momento o que se entende, do ponto de vista demográfico, por cidade média. A cidade média pode ser, assim, considerada como um estado transitório. As implicações disso podem ser amplas para o estabelecimento de um conceito de cidade média” (CORRÊA, 2007, p. 26).

maneira distinta em cada região do País, de modo que o tamanho populacional pode não ser determinante no estabelecimento da função da cidade na rede urbana a qual pertence (CASTELLO BRANCO, 2007).

Além disso, Sposito (2007) mostra a importância de se levar em consideração as variadas escalas nos estudos sobre cidades médias. Isso porque, para a autora, a análise do intraurbano e do interurbano (com destaque para o campo, pois muitas cidades médias e pequenas desempenham papel de grande importância no desenvolvimento das atividades econômicas nesse espaço) auxilia na apreensão das dinâmicas que ocorrem nas cidades médias, principalmente no que concerne ao papel que a mesma exerce na região da qual faz parte.

Complementarmente, Sposito (2007) expõe como a articulação das cidades médias na rede urbana tem ocorrido de maneira mais complexa. Embora continuem subordinadas à metrópole, elas se articulam com outros núcleos urbanos para além de sua rede urbana regional, a exemplo do que ocorre quando uma cidade média é locus de gestão e organização de atividades agrárias de exportação, fazendo com que esse núcleo se articule diretamente com os centros de comandos fora da região e mesmo do país do qual faz parte, gerando assim uma sobreposição de escalas (SPOSITO, 2007). Corrêa (2007) também reafirma a necessidade de se considerar as escalas no estudo das cidades médias, haja vista que as interações espaciais são elementos importantes a serem considerados ao pensar o quadro teórico necessário à interpretação sobre cidades médias, pois possibilita a diferenciação destas em comparação a uma capital regional.

A articulação entre escalas variadas ocorre principalmente devido aos avanços nas telecomunicações, que possibilitam aos comandos serem cada vez mais rápidos e executados em outros espaços, independentemente de suas distâncias. Esse contexto associa-se à noção de verticalidades e horizontalidades (SANTOS, [1996] 2017).

Outro autor que destaca a importância de se analisar as escalas nos estudos de cidades médias é Melazzo (2007). Ao organizar dados sobre algumas cidades do estado de São Paulo, como Bauru, Araçatuba, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, este autor notou que a pujança econômica que existe nesses núcleos urbanos influencia na organização intraurbana, criando espaços de inclusão, de exclusão, bem como, de espaços intermediários. Em outras palavras, a comparação em nível intraurbano revela que tais cidades apresentam crescimento

econômico superior ao de outros espaços urbanos do estado de São Paulo, embora internamente seus espaços sejam organizados de maneira desigual, pois a maioria dos habitantes não usufrui dos resultados do elevado crescimento econômico.

Em síntese, é possível entender que as cidades médias são fruto do processo de complexidade da urbanização, isto é, são espaços urbanos que se articulam com várias escalas (local, global e regional) e se tornam, então, um relevante nó dentro da rede urbana, concentrando população, fluxos e fixos (SANTOS, [1988] 2014)⁵, portanto, exercendo a função de centro regional (CÔRREA, 2007).

2.2 Elementos para pensar a cidade média no Brasil à luz da produção social do espaço

Em seu arcabouço teórico, a Geografia tem o espaço como um de seus principais temas de discussão. Para Santos ([1996] 2017), o espaço é constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos podem ser compostos de objetos naturais ou serem resultados da apropriação humana da natureza, por intermédio da técnica. Por seu turno, os sistemas de ações são as atitudes, os comandos e as relações sociais que conferem dinâmica e significado aos sistemas de objetos. Essa relação indissociável entre os dois sistemas é o que constitui o espaço.

A partir dessa perspectiva, podemos dizer que a cidade é um espaço dotado de seus próprios sistemas de ações e objetos, e que tais sistemas podem atender a uma lógica interna ou externa, ou seja, a cidade existe para si e para os demais núcleos urbanos. Dito de outra forma, a cidade e suas funções podem ser explicadas a partir da economia política da urbanização e da cidade (SANTOS, [1994] 2012).

Para entendermos o papel exercido pelas cidades em uma determinada rede urbana, faz-se necessário adotar o pensamento de Santos ([1994] 2012) sobre economia política e espaço, sendo esse último o resultado da acumulação do

⁵ Para Santos ([1988] 2014), os fixos “são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral incluindo a massa dos homens [...]” (SANTOS, [1988] 2014, p. 86), enquanto os fluxos “são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos de distribuição e do consumo” (SANTOS, [1988] 2014, p. 86).

trabalho morto, onde se realiza o trabalho vivo⁶. Essa interação constitui, assim, o espaço geográfico, sobretudo aquele referente às cidades.

A economia política nos auxilia a entender como ocorre o processo de produção, circulação e consumo dos produtos oriundos da apropriação da natureza pela sociedade, por meio do trabalho. Este, segundo Santos ([1994] 2012), é o que transforma o espaço, criando uma Divisão Territorial do Trabalho (DTT), cujos principais *loci* de expressão são as cidades.

Considerando esses elementos, Santos ([1994] 2012) propõe duas maneiras analíticas e complementares de conceber a expressão espacial da economia política, quais sejam, a economia política da urbanização e a economia política da cidade. A primeira corresponde à função que cada cidade realiza dentro de uma rede urbana, seguindo a DTT construída ao longo do processo de urbanização da sociedade e do território. A segunda, por seu turno, diz respeito à organização intraurbana, ou seja, como a cidade se organiza internamente para cumprir sua função na rede urbana da qual participa.

Neste sentido, a economia política da urbanização também nos leva a compreender que existe uma hierarquia entre as cidades, haja vista que cada uma possui um nível diferente de concentração dos meios de produção, por exemplo. No Brasil, é possível notar a existência dos seguintes núcleos urbanos:

- a) as metrópoles regionais e nacionais, que exercem centralidade regional ou nacionalmente por concentrarem serviços e comércios mais especializados, se comparados com os demais centros urbanos (SOUZA, 2005).
- b) as cidades de porte médio, que são assim classificadas de acordo com o tamanho populacional, com o intuito de conhecer o tamanho dessas cidades (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2016).
- c) as cidades intermediárias, cuja adequada definição deve levar em conta a “posição relativa e intermediária (entre as pequenas cidades e as metrópoles regionais), independente de sua expressividade político-econômico no contexto hierárquico de uma rede urbana” (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2016, p. 34).

⁶ De acordo com Santos ([1988] 2014, p. 79) “o trabalho morto (acumulado) e a vida se dão juntos, mas de maneiras diferentes. O trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (contexto social)”.

d) as cidades pequenas, que são centros locais de aproximadamente 20 e 30 mil habitantes (CORRÊA, 2011), mas que podem ter um contingente populacional muito menor que esse patamar.

As cidades médias resultam da complexificação das relações capitalistas de produção no espaço brasileiro, geralmente não sendo núcleos urbanos industriais, mas sim espaços de desenvolvimento do setor terciário.

No Brasil, as cidades de porte médio foram alvos de políticas públicas com o intuito de transformá-las em bases para o crescimento econômico de suas respectivas regiões. Ou seja, a dimensão do espaço concebido (LEFÈBVRE, 2013), nessas cidades, contou com políticas públicas pontuais. A primeira empreitada nesse sentido foi o Programa de Cidades de Porte Médio (PCDM), inserido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo de Ernesto Geisel (TOURINHO, 2011). Em síntese, Steinberger e Bruna (2001) apontam que o PCDM visava desconcentrar a produção e a população, que, naquele período, aglomerava-se nas metrópoles. Apesar de, como já visto, a definição de cidade de porte médio estar fortemente atrelada à questão quantitativa da população, o PCDM buscou analisar a localização geográfica e a importância funcional das cidades a serem contempladas pelo Programa⁷. De maneira complementar, as cidades de porte médio foram pensadas pelos planejadores urbanos como anteparos aos movimentos migratórios rumo às metrópoles (CORRÊA, 2007).

Outro elemento que pode ser utilizado no debate sobre cidades médias é a produtividade espacial (ARROYO, 2006), que é o conjunto de fatores econômicos e políticos que criam um arranjo favorável para determinado papel exercido pela cidade média em certa atividade econômica. O processo de produção capitalista cada vez mais cria espaços altamente especializados, fortalecendo a hierarquia entre os núcleos urbanos. Neste contexto, a facilidade para circulação de pessoas, mercadorias e ideias torna-se um fator imprescindível para o desenvolvimento da economia capitalista. Nesta perspectiva, as cidades médias apresentam-se como

⁷ Para a implantação do Programa, o governo considerou como médias aquelas cidades que, em função de suas respectivas posições geográficas, populações, importâncias socioeconômicas e funções na hierarquia urbana da macrorregião e do País, “se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial” (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p. 17).

pontos importantes para a manutenção dessa fluidez, sendo também algo que pode influenciar no seu crescimento ou estagnação, pois, como afirma Arroyo (2006):

[...] é na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam. É através de sua capacidade para criar condições de fluidez e porosidade territorial, que elas conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensa [...] (ARROYO, 2006, p. 81).

Sendo assim, as cidades médias se destacam por manterem uma intensa vida de relações (ARROYO, 2006), por serem ponto de convergência de uma série de elementos técnicos que possibilitam maior dinamicidade e fluidez ao capital.

Complementar aos argumentos de Arroyo (2006), ao tratar sobre as cidades médias no Brasil, Elias (2006) aponta ser imprescindível falar sobre a influência das dinâmicas da globalização, produção e consumo nesses espaços urbanos não metropolitanos. Essa tríade se revela no espaço por meio de elementos como a reorganização produtiva do território, a partir da descentralização industrial, da guerra fiscal entre lugares, do processo de especialização produtiva e da reestruturação econômica do setor agropecuário.

Esse último é norteador na discussão desenvolvida por Elias (2006), tendo em vista que o desenvolvimento da agropecuária no País em muito é influenciado pelas demandas globais, o que culmina com a reestruturação produtiva desse setor, tendo as cidades como bases logísticas para essas transformações no campo. Sendo assim, para a autora:

[...] torna-se, assim, imprescindível à compreensão da reprodução do espaço urbano considerar a expansão dos espaços urbanos resultantes da reestruturação produtiva da agropecuária. Esta seria uma das vertentes para pensar as cidades médias, uma vez que a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira têm promovido profundas transformações à produção e ao espaço agrário, com significativos impactos territoriais e sociais, inviabilizando que se continue a utilizar os esquemas clássicos para pensar a urbanização e as cidades no Brasil, uma vez que se dilui, cada vez mais, a velha dicotomia cidade-campo, construindo-se uma unidade dialética entre estes dois subespaços (ELIAS, 2006, p. 281).

O processo de expansão da utilização de ciência e tecnologia no campo fez com que o número de “cidades do campo” (SANTOS, [1988] 2014) crescesse significativamente. Essas são cidades que atendem ao consumo produtivo agrícola em suas demandas específicas de acordo com cada atividade que é desenvolvida no campo. Como bem apresenta Santos ([2000] 2001), esse tipo de cidade possui

um papel político de regular o trabalho realizado no campo, além de estar atenta aos movimentos que acontecem além da sua região, impulsionando conexões de interesses econômicos em outras escalas. Elas se diferenciam das cidades no campo, que são as cidades locais, pautadas em relações mais horizontais com solidariedade orgânica e onde os notáveis (SANTOS, [1994] 2013) são pessoas como o promotor, o juiz, a professora; personalidades que possuem influência no cotidiano local.

Nesse sentido, as cidades médias próximas das áreas de desenvolvimento desse processo de reestruturação produtiva da agropecuária crescem em importância, por serem espaços urbanos que se formam para atender às novas demandas do campo, que necessita cada vez mais de ciência e tecnologia para melhorar o desempenho em termos de tempo e resposta às necessidades do mercado.

De acordo com Trindade Júnior e Pereira (2007), as cidades médias normalmente localizam-se distantes das metrópoles e exercem centralidade importante em determinada sub-região, polarizando centros menores e articulando relações de várias escalas (regional, nacional etc.). Em síntese, para os autores:

[...] portanto, [as cidades médias] são produtoras/distribuidoras de bens e serviços exigidos por elas e por um conjunto de cidades menores que existem em seu entorno; são espaços de mediação política, econômica e social entre as pequenas cidades da sua mesorregião e os grandes centros aos quais estão subordinadas; são fóruns regionais de decisões políticas e debates, em torno das necessidades da região na qual estão inseridas, ao mesmo tempo em que são lócus de formação de opinião e exercem certa liderança regional frente às cidades de menor porte; desempenham papel de centro de crescimento econômico regional, cujas atividades econômicas preponderantes são as de produção e distribuição de bens e serviços e que empregam a maioria de sua População Economicamente Ativa (PEA); apresentam-se atrativas para receber e fixar migrantes de cidades menores ou da zona rural; através da expectativa que criam em relação à oferta de postos de trabalho, servindo de anteparo aos fluxos migratórios direcionados aos grandes centros. Por fim, como espaços relativos e relacionais, com situação geográfica favorável, são atrativas para atividades econômicas e novos investimentos e, conseqüentemente, tendem a apresentar percentuais de migração superiores às demais cidades de sua respectiva mesorregião (TRINDADE JÚNIOR; PEREIRA, 2007, p. 316-317).

O conjunto de influências que uma cidade média pode exercer, como a centralidade política e econômica, mostra-se explícito quando Trindade Júnior e Pereira (2007) citam Santarém e Marabá como exemplos de núcleos urbanos que exercem centralidade política, fazendo referência ao interesse das populações e das elites locais na fragmentação política do estado do Pará para a criação dos estados

de Tapajós (cuja capital seria Santarém) e de Carajás (cuja capital seria Marabá), partindo do discurso de que a divisão do estado iria proporcionar, entre outras coisas, melhor distribuição de recursos econômicos.

Quanto à centralidade econômica, os autores utilizam-se do quantitativo de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para demonstrarem a grande quantidade de produtos e serviços que circulam em cidades como Marabá, Santarém e Castanhal.

Todavia, analisar uma cidade média a partir de critérios econômicos também possui limitações, tendo em vista que, no que diz respeito a outros fatores, como pobreza, qualificação profissional da população e acesso ao saneamento básico, as cidades médias da Amazônia paraense (sobretudo as já citadas) apresentam-se aquém daquelas existentes em outras regiões do País (TRINDADE JÚNIOR; PEREIRA, 2007).

Outra maneira de compreender as cidades médias brasileiras é a partir das interações desses centros com as pequenas cidades. De acordo com Soares (2007), as cidades médias podem captar os recursos dos centros urbanos do entorno, além de que, em alguns momentos, devido ao crescimento de suas influências, elas podem captar funções que eram anteriormente realizadas por outros centros urbanos menores da região, configurando assim uma polarização. Devido à dificuldade de acesso a serviços públicos e privados, as cidades médias servem como principal local de oferta desses serviços aos moradores das pequenas cidades.

Além desse fenômeno, Santos e Silveira (2001) já apresentavam a existência de cidades médias que possuem papéis de supridoras de necessidades dos habitantes das pequenas cidades deixados em segundo plano, na medida em que se tornam centros urbanos articulados às demandas da produção agrícola, que vão além da necessidade material, e incluem a necessidade de estarem sempre conectados às informações, sobretudo àquelas relativas aos movimentos do mercado.

Essas cidades são fortemente influenciadas pelas demandas sazonais do campo, de maneira que os calendários agrícolas e a especialização moderna da produção fazem com que cidades médias próximas das regiões de intensa atividade agropecuária se tornem “cidades do campo” (SANTOS, [2000] 2011).

Ademais, por estarem ligadas a circuitos globais de produção, encontram-se na encruzilhada de um consumo político restrito a fins eleitorais e individualistas e um consumo político autêntico, ligado a interesses mais gerais (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Ou seja, a cidade média torna-se espaço para debates políticos onde os interesses locais podem tanto corroborar com os interesses regionais, nacionais ou globais, quanto deles divergir.

Relacionados ainda à mesma discussão sobre como a produção do espaço urbano nas cidades médias é influenciada pela difusão do agronegócio, sobretudo o agronegócio globalizado, Elias e Pequeno (2010) apresentam o exemplo da cidade de Mossoró, localizada no semiárido nordestino, no estado do Rio Grande do Norte, e que possui como principal atividade econômica a fruticultura irrigada, realizada principalmente para exportação. Com base na realidade estudada dessa cidade, os autores afirmam que:

[...] dessa forma, o agronegócio globalizado representa um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas cidades se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando passam a exercer novas funções e compor importantes nós das redes agroindustriais, a partir das quais fornecem parte da mão de obra, dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas, da assistência técnica agropecuária etc., dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 147).

Desse modo, é possível perceber que as cidades médias, sobretudo as “mais recentes inseridas aos circuitos globalizados do agronegócio” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 147), apresentam os seus respectivos processos de produção do espaço urbano com funções para além da escala regional, tendo seu espaço vivido e concebido permeado por demandas que extrapolam a região.

Em síntese, com base nos elementos expostos, podemos inferir que, para pensar sobre as cidades médias no Brasil, é de suma importância analisar como esses espaços urbanos se estruturam a partir de duas escalas: a) local/regional, em que essas cidades se organizam para dar assistência a núcleos urbanos menores, como as pequenas cidades, em relação a demandas políticas, econômicas ou de serviços; e b) nacional/internacional, com a articulação e estruturação de seus espaços urbanos a demandas voltadas às atividades de exportação, com o estabelecimento de serviços especializados no atendimento do que for útil ao desenvolvimento das pautas exportadoras. Ou seja, as cidades médias no Brasil

podem assim ser consideradas a partir da importância que exercem em diferentes escalas.

2.3 A produção sobre cidades médias na Amazônia: um breve mapeamento sobre os estudos existentes

No contexto da urbanização na Amazônia, as cidades médias possuem influência no cenário regional no tocante às relações econômicas, políticas e de organização do território. Historicamente, essa categoria de núcleo urbano tem sido pensada na região como um núcleo importante ao avanço das relações capitalistas de produção, promovendo modernização das atividades econômicas, integração por meio da circulação rodoviária, desconcentração econômica entre outros elementos (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2016), com a finalidade de integrar a Amazônia ao restante do País e do mundo.

Neste ponto, apresentaremos alguns estudos que tiveram o objetivo de mostrar como ocorre o processo de produção do espaço urbano nas cidades médias amazônicas, notadamente nas cidades de Marabá, com o avanço e a consolidação da fronteira econômica no sudeste paraense (TRINDADE JÚNIOR, 2011; TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2016); de Santarém, sobretudo em relação à presença da sojicultura na região do Baixo Amazonas (TRINDADE, 2015); e de Altamira, destacando-se, de acordo com Cardoso (2018), os impactos causados pela construção da UHE Belo Monte à população indígena residente na cidade.

Pensando as cidades médias amazônicas, mas principalmente fazendo referência àquelas localizadas no estado do Pará, Trindade Júnior (2011) cita Marabá (sudeste paraense) e Santarém (oeste paraense) como exemplos de reflexão e destaca que estas cidades possuem importância em suas respectivas sub-regiões devido à centralidade urbana que exercem. Esta centralidade, segundo o autor, pode ser entendida em relação aos fluxos (SANTOS, [1996] 2017) que esses espaços proporcionam, em muitos casos realizando uma conexão entre as cidades menores por eles polarizadas e outros centros urbanos situados para além da sub-região e mesmo da região amazônica.

No que diz respeito a Marabá, Trindade Júnior (2011) assinala ser uma cidade que tem se destacado no contexto do processo de ocupação do sudeste paraense em vários momentos de sua história. No início do século XX, foi importante

espaço de interação econômica devido à exploração da borracha, que era a principal atividade em praticamente toda a região amazônica. A partir da década de 1920, após o declínio da economia da borracha, a exploração dos castanhais locais reforçou o papel de Marabá como importante entreposto comercial dominado pela oligarquia local. No período da ditadura militar, a cidade passou a ser importante centro urbano de apoio aos projetos de colonização agrária da região, além de se tornar relevante para a configuração rodoviária regional com a construção da rodovia Transamazônica. A partir da década de 1980, passou a ser base logística para a implantação de projetos de extração mineral na região, o que ocasionou também a fragmentação do Município do qual faz parte, para a criação de outras unidades federativas do mesmo nível.

Em suma, é possível notar que vários foram os elementos responsáveis por configurar o processo de formação territorial de Marabá até esta ter sido alçada à condição de cidade média. Trata-se de elementos de ordem econômica e política, locais e extralocais, que conformaram o espaço intraurbano dessa cidade e propiciaram a concentração populacional acompanhada da instalação de comércios e serviços, públicos e privados.

Com relação a Santarém, Trindade Júnior (2011) destaca a importância que esta cidade tem para a circulação viária, aérea e rodoviária da sub-região do Baixo Amazonas, possibilitando essa porção do estado do Pará a participar de fluxos para além da região. Como exemplo, menciona-se a contribuição de Trindade (2015), quando a autora disserta sobre a influência da sojicultura na produção do espaço santareno.

Em sua pesquisa, Trindade (2015) apresentou como Santarém exerce influência no oeste paraense, ao fornecer fixos e, principalmente, dinamizar fluxos que interligam a cidade para com realidades externas à região. A autora também destaca como a chegada da soja na referida sub-região impactou a cidade, sobretudo no que concerne ao reforço de seu papel no contexto regional, mas também no circuito global de produção de commodities.

Esta inserção de Santarém no mercado de exportação exerceu certa influência em sua configuração intraurbana, uma vez que a cidade passou a ter um circuito superior da economia (SANTOS, [1979] 2008) mais dinâmico e atento às necessidades da demanda da sojicultura. Contudo, Trindade (2015) aponta que, apesar do adensamento desse circuito econômico moderno, a atividade do cultivo

da soja, que tem Santarém como importante base logística, não tem propiciado o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Isto porque, trata-se de uma atividade voltada a interesses extrarregionais e que, em realidade, pouco contribui para a melhoria da qualidade de vida no espaço santareno e em seu entorno sub-regional.

Outra perspectiva de análise das cidades médias amazônicas é a partir da forma como esses espaços urbanos foram se constituindo, sobretudo por meio da negação de populações tradicionais, a exemplo das etnias Xipaya, Kuruaya, Juruna, Arara etc., que habitam a região há séculos, como é o caso estudado por Cardoso (2018) na cidade de Altamira.

A autora apresenta como historicamente os indígenas foram sendo excluídos do processo de produção do espaço urbano, desde a criação do Município de Altamira, a abertura da rodovia Transamazônica e, mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Dessa maneira, assim como os demais projetos desenvolvimentistas pensados para a região, a construção da usina hidrelétrica foi carregada pelo discurso de importância dessa obra para a economia regional e local. Cardoso (2018), entretanto, aponta que tal ideia é apenas uma falácia amplamente propalada, haja vista que muitos postos de trabalho não foram ocupados por moradores de Altamira, e a população indígena, foco do estudo desenvolvido, vive em condições precárias na cidade, pois muitos tiveram que sair de seus lugares de origem devido a inundações de áreas necessárias à construção da usina.

Dadas as dimensões territoriais do estado do Pará, associada às diferenças socioeconômicas e culturais, as cidades médias amazônicas supracitadas possuem também uma centralidade política no contexto de suas respectivas sub-regiões (TRINDADE JÚNIOR, 2011); centralidade esta decorrente, em parte, do fato de possuírem certa infraestrutura de comércio e serviços e por sediarem os interesses das elites locais. A proposta de divisão do Pará, com a possibilidade de criação dos estados de Tapajós (com sede em Santarém) e Carajás (com sede em Marabá), apresenta o interesse dos atores locais em terem autonomia com relação às decisões políticas e econômicas vindas da capital Belém, constituindo-se, assim, como direcionadores de suas próprias decisões em nível local e regional.

Em síntese, as cidades médias amazônicas, sobretudo as localizadas no estado do Pará, possuem suas particularidades. Por estarem estabelecidas em um contexto onde se insere a maior floresta tropical do mundo, é necessário colocar em

perspectiva como esses núcleos urbanos interagem com a natureza e com as populações que existem e resistem há séculos na região. Como foi visto, a natureza em muitos casos é tratada somente como recurso econômico, ignorando-se as relações culturais e simbólicas que as populações locais desenvolvem para com ela. Além disso, tais cidades também possuem uma importância política no cenário regional, o que culmina em debates acalorados sobre a necessidade de uma divisão do estado do Pará.

3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SUDESTE PARAENSE E DA CIDADE DE REDENÇÃO

Historicamente, o estado do Pará passou por vários momentos de colonização e organização territorial. Esses distintos momentos refletem-se até os dias atuais na configuração do território paraense. Enquanto no nordeste do estado existe uma concentração de serviços na capital Belém, na sub-região do sudeste do Pará a dinâmica econômica e os serviços concentram-se na cidade média de Marabá e em outras cidades cujas origens decorrem do processo de colonização incentivado pelo governo federal, como é o caso de Redenção.

3.1 A formação socioespacial do sudeste paraense

Na região amazônica, o processo de formação socioespacial⁸ é historicamente marcado por interesses que não condizem com a realidade local. Uma expressão desse fenômeno é a maneira como a região sudeste do estado foi impactada pelos projetos colonizadores, sobretudo após a década de 1960, gerando conflitos entre os habitantes da região e os que chegavam. Nesse sentido, é necessário destacar a figura do posseiro e do latifundiário como peças-chave para entender o início do processo de ocupação da sub-região do sudeste paraense.

Para Martins (1981), o posseiro é:

no Brasil, o lavrador que trabalha na terra sem possuir título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum (MARTINS, 1981, p. 103).

O posseiro é uma figura imprescindível na história de ocupação do espaço agrário brasileiro, sendo ele que ocupa a terra com o intuito de fazer dela sua

⁸ Para Santos (2014), a formação socioespacial é uma categoria geográfica que busca entender o processo de produção do espaço a partir das relações sociais. Compreende o espaço como resultado da chamada inércia dinâmica, ao condicionar e, ao mesmo tempo, ser transformado pelas relações econômicas de produção, sendo, um modo de enxergar, por meio da espacialidade, as relações sociais em sua totalidade. Como aponta Santos (2014, p.33), “o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus movimentos sucessivos [...]”.

morada e produzir o sustento familiar. Complementar ao pensamento de Martins (1981), Guerra (2013) discorre sobre o posseiro como:

aquele que luta coletivamente pela terra, dela tirando seu sustento. Este nos parece o elemento fundamental trabalhado em maior ou menor intensidade pelos sindicatos estudados. Não é simples sem-terra, embora, muitas vezes e por períodos mais ou menos longos, possa se encontrar despojado de qualquer terra. Não é o colono contemplado por um lote da colonização oficial, nem o titular de uma propriedade conquistada em terra devoluta reconhecida e demarcada pela agência fundiária competente, estadual ou federal. Estes são proprietários no sentido pleno do nosso direito convencional. O posseiro está como que a meio caminho entre o sem-terra e o proprietário (GUERRA, 2013, p. 17).

Os pontos abordados por Martins (1981) e Guerra (2013) auxiliam na compreensão de que o posseiro é aquele que vê a terra como meio para emancipação social. Sendo assim, ele é alvo de disputas políticas e econômicas, configurando-se como fruto da expansão do capital (MARTINS, 1981), mas revelando os conflitos e contradições causados por esse movimento que produz e reproduz desigualdades.

Outro agente importante é o latifundiário, dono da propriedade da terra, esta sendo uma expressão da propriedade privada capitalista (PRADO JÚNIOR, 1981). Com o interesse de gerar renda (MARTINS, 1981) e incentivado pelos projetos de colonização na Amazônia, vê na região o cenário para se desenvolver. Isso ocorreu principalmente devido às propagandas governamentais que, ao longo de anos, apresentavam a região amazônica como espaço vazio e de oportunidades, gerando constante movimento migratório.

A notícia que percorria sobre as facilidades de se conseguir terras e emprego na Amazônia, veiculada pela propaganda governamental, que exaltava a instalação dos projetos agropecuários e a colonização às margens da Transamazônica, ecoou longinquamente. Milhares irromperam do Maranhão, do Piauí, da Paraíba, do Ceará, de Minas Gerais, da Bahia, do Espírito Santo, do Paraná, de Goiás, entre outros. Centenas de famílias atravessaram os rios Araguaia e Tocantins em busca da terra e do emprego (PEREIRA, 2013, p. 34).

Além desses dois principais, é reconhecível a existência também de trabalhadores rurais que vieram na intenção de trabalhar nos empreendimentos agropecuários que estavam sendo abertos na região. De modo geral, é notável que a história do sudeste paraense tenha sido – e ainda seja – escrita por muitas mãos.

Pereira (2013) afirma que, historicamente, os agentes envolvidos no processo de ocupação do sudeste paraense – posseiros, fazendeiros, trabalhadores rurais e o

próprio estado – já atuavam na região antes do golpe militar de 1964, o que foi um marco para o avanço da grande propriedade e dos conflitos agrários na região, haja vista que a existência de grandes e pequenos proprietários de terra propiciava divergências em relação à veracidade dos documentos de propriedade da terra e sobre seu uso:

[...] se, por um lado, o governo estimulou os deslocamentos de trabalhadores rurais empobrecidos para as novas áreas de colonização ao longo das rodovias federais como a Transamazônica, com o discurso de ‘distensionar’ os conflitos sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, concedeu grandes extensões de terras e dinheiro farto a grupos econômicos para a instalação de suas fazendas na Amazônia (PEREIRA, 2013, p. 45).

Na década de 1960, após o golpe militar, o processo de urbanização da Amazônia continuou a ocorrer por meio da construção de rodovias, com o intuito de integrar a região ao restante do País, além de favorecer a colonização de áreas entendidas pelo governo federal como “vazios demográficos”.

Datam desse momento a criação de rodovias, como a Transamazônica, e a instituição do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste (PROTERRA), entre outras ações que o governo militar lançou com o intuito de colonizar e integrar a região amazônica ao restante do País, com base em um discurso de proteção e modernização. O Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi responsável por implantar o chamado urbanismo rural, que consistia na formação de agrovilas, agrópolis e rurópolis. Dessa maneira, tem-se que:

[...] as agrovilas eram comunidades construídas para funcionar como bairros rurais localizados de 10 em 10 km na rodovia principal e nas vicinais. As agrópolis deveriam ser centros administrativos intermediários; absorver até 1.000 famílias e serem distribuídas num raio de cerca de 70 a 100 km. As rurópolis foram pensadas para ocupar a posição de liderança na hierarquia proposta. Com a função de centro administrativo principal e centro de integração microrregional, deveriam surgir pelo desenvolvimento de cidades existentes (Marabá, Altamira, Itaituba e Santarém) e, depois pelo desenvolvimento das agrópolis (INCRA, 1972 apud TOURINHO, 2011, p. 246).

Todavia, como aponta Tourinho (2011), o projeto de colonização da Amazônia, que previa a criação de 70 mil assentamentos nos moldes das ocupações citadas acima, não alcançou pleno êxito. Da quantidade projetada, apenas cerca de 7 mil assentamentos foram criados, enquanto que boa parte do dinheiro destinado ao PIN e ao PROTERRA foi utilizada para a abertura e

asfaltamento de rodovias, como a Belém-Brasília. Enquanto isso, cidades como Altamira, Marabá e Itaituba, entendidas por Tourinho (2011) como cidades médias, passaram a absorver o fluxo migratório que foi atraído para a região amazônica a partir do discurso governamental de colonização, que, como visto, não logrou o êxito desejado pelos militares.

No final da década de 1970, com o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), o governo militar, alinhado com o II PND, tinha como foco não mais somente tratar a Amazônia como espaço para a colonização a partir de pequenos assentamentos e absorção da massa de migrantes vindas de outras regiões do País, mas também a exploração do potencial natural com base em iniciativas como a criação de polos de desenvolvimento, no âmbito do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), realizando a ocupação da região por meio de grandes projetos, no interior dos quais as cidades funcionariam como bases logísticas e de infraestrutura para os empreendimentos. Como exemplo, Tourinho (2011) cita o Projeto Grande Carajás (PGC), voltado à extração de minério de ferro na Serra dos Carajás, dando origem à cidade de Parauapebas e à *company town* de Carajás, um núcleo urbano planejado para atender às demandas dos trabalhadores da antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

É necessário ressaltar que as iniciativas governamentais de colonização e viabilização da exploração econômica da região amazônica não aconteceram de maneira harmoniosa. Tendo em vista que a região não era um “vazio demográfico”, como propagandeava o governo, os incentivos dados para que diferentes atores (fazendeiros, agricultores familiares, empresas etc.) ocupassem o espaço geraram conflitos decorrentes do uso da terra, sobretudo entre aqueles que vieram para a região a partir do interesse governamental e privado e os que aqui já estavam, como posseiros, indígenas e ribeirinhos.

Na tentativa de apaziguar essa situação, sobretudo no sudeste paraense, área afetada pelos grandes projetos e incentivos à migração, o governo militar criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), com o objetivo de promover a regularização fundiária (VICENTINI, 2004) em aproximadamente 45.000.000 hectares de terras, sendo 31.500.000 somente no estado do Pará, abarcando os seguintes municípios: Marabá, São João do Araguaia, Conceição do

Araguaia, Rondon do Pará, Redenção, Itupiranga, Tucuruí, entre outros municípios concentrados na Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins (VICENTINI, 2004).

Vale ressaltar que o processo de urbanização ocorrido na chamada fronteira econômica começou com a necessidade de o Estado criar a infraestrutura necessária ao avanço do capital na região amazônica. Assim, conforme Becker (1990), a fronteira já nasce urbana e é nela que se encontram as grandes reservas de recursos, sendo, por isso, “o espaço de projeção para o futuro, da expectativa, um espaço ideológico” (BECKER, 1990, p. 132). Portanto, é, ao mesmo tempo, um espaço dotado de potencial político, espaço de conflitos e lugar da alteridade (MARTINS, 2014). Para Becker (1990), os núcleos urbanos na fronteira possuem as seguintes características:

[...] 1) constituem-se como os dispositivos espaciais que sustentam a circulação principalmente da força de trabalho e do capital, circulação que responde por seu crescimento e pela organização da rede; 2) são a base da ação político-ideológica do Estado e 3) embrionariamente exercem papel generativo na região (BECKER, 1990, p. 134).

Ademais, Becker (1990) complementa o raciocínio ao dizer que a formação de uma rede urbana com uma diversidade de tipos de núcleos é necessária para a existência e organização das atividades exercidas na fronteira, criando cidades com funções e hierarquias distintas, formando diversas redes dentro das sub-regiões que formam a fronteira econômica.

As intervenções estatais e privadas na Amazônia, a partir de projetos de colonização e exploração da natureza, tendo como base as cidades, fizeram com que, a partir da segunda metade do século XX, a região registrasse altas taxas de urbanização, se comparada às demais regiões do País (BECKER, 2004). No Pará, esse crescimento pode ser visto, a título de exemplo, no sudeste do estado (área pertencente ao chamado Arco do Povoamento Consolidado), onde a atividade agropecuária influencia fortemente a urbanização dessa sub-região; em outras palavras, a renda agropecuária interfere no grau de urbanização dessas cidades (BECKER, 2004).

A modernização das atividades agropecuárias também influencia tanto as atividades do campo, como o papel que as cidades exercem na região. Núcleos como Redenção e Xinguara, no Pará, foram afetados pelos processos modernizantes na atividade agropecuária, tornada mais dependente de ciência e técnica para sua realização. Becker (2004) apresenta essas duas cidades como

exemplos de espaços que desenvolvem a agropecuária com base em práticas modernas, como melhoramentos genéticos, aprimoramento das condições das pastagens, entre outras inserções que acontecem tendo a cidade como lugar de oferta de investimentos técnicos e científicos.

Nesse sentido, podemos inferir que as cidades médias, sobretudo as da Amazônia oriental, estão inseridas no contexto de fronteira, apresentado por Becker (1990), pois são exemplos de como esta última precisa de núcleos urbanos diversificados para a sua existência. Além disso, as cidades médias são núcleos que geralmente estão distantes da capital do estado, como acontece com Santarém e Marabá, e que exercem importantes centralidades em suas respectivas sub-regiões.

3.2 Redenção: uma breve apresentação histórica e socioespacial da cidade

O processo de ocupação de terras a partir da margem esquerda do rio Araguaia por migrantes de outras regiões do País faz parte do movimento de inserção desse espaço na lógica econômica de exploração de terras com base na atividade pecuária (SILVA, 2007), que ocorria no nordeste brasileiro, mais precisamente no estado do Maranhão. Silva (2007) destaca que a vinda de muitos maranhenses para as margens paraenses do rio Araguaia ocorreu devido à existência de conflitos políticos relacionados à demarcação dos limites entre os estados de Goiás e Maranhão, no final do século XIX.

A princípio, os migrantes ocupavam-se do desenvolvimento da pecuária e, com a crescente demanda internacional por borracha, a exploração do caucho também passou a ser realizada (SILVA, 2007). É necessário destacar esse fato, pois, de acordo com Silva (2007), essas duas atividades econômicas promoveram o início da inserção econômica da região sul do estado do Pará no contexto nacional e internacional. Consequentemente, o embrião das cidades existentes entre o rio Araguaia e o rio Xingu, como diz o autor:

[...] nos campos onde hoje estão situadas as principais cidades do Sul do Pará- Redenção, Pau D'arco, Rio Maria, Xinguará-, como nas matas, onde se localizam as terras privatizadas pela Companhia de Terras da Mata Geral, no começo do século XX, o movimento foi intenso. Tanto em uma área como em outra se localizaram povoados sertanejos que serviam de ponto de apoio para os comboios que se dirigiam aos locais de extração da goma. Na pesquisa de campo, detectamos que, no local onde hoje é o cemitério da cidade de Redenção, outrora existiu uma corruptela denominada Solta (SILVA, 2007, p. 13).

Silva (2007) aponta para o fato de que a exploração do caucho nessa porção do estado durou menos de uma década, dado o escasso investimento em tecnologia para manutenção da atividade e o início da plantação de seringueiras nas colônias pertencentes à Inglaterra no continente asiático. Isto, por sua vez, causou diminuição na extração do caucho, o que culminou no despovoamento da região, restando apenas alguns moradores dispersos pelos lugares, entre os quais o local onde hoje existe a cidade de Redenção (SILVA, 2007), que, naquele período, ainda era a vila de Boca da Mata.

De maneira geral, o comércio da carne bovina operava de maneira reduzida, devido à distância e às dificuldades para se chegar aos centros urbanos. Silva (2007) denomina de agropecuária de subsistência o que, inicialmente, acontecia nos campos de Pau D'arco, haja vista que quase tudo era produzido e consumido ali mesmo na unidade familiar, enquanto o excedente era comercializado em Conceição do Araguaia ou em Araguacema, em Goiás. Sobre isso o autor ainda afirma:

[...] apesar da ausência de mercado, em razão do reduzido número de habitantes nos campos e na cidade de Conceição e principalmente da falta de vias de escoamento da produção, o gado ainda era o único meio de se conseguir algum dinheiro para fazer face às necessidades não supridas pela economia pastoril. No período analisado, o gado não tinha praticamente nenhum valor. Excluindo-se a fase de coleta da borracha e, em menor escala, após 1950, quando uma indústria de Araguacema, localizada na margem goiana do Araguaia, inicia a exportação de carne bovina para Belém em aviões, toda a história dos criadores do Pau D'arco caracterizou-se por uma marginalização singular (SILVA, 2007, p. 20).

Assim, é no final da década de 1950 que as terras no vale do Araguaia passam a ser alvo da chamada frente pioneira, que significa a substituição da agropecuária de subsistência pelas relações capitalistas de produção, em um modelo urbano-industrial, e a transformação da terra e do trabalho em mercadorias (SILVA, 2008). Isso trouxe grande mudança para aqueles que habitavam os campos de Pau D'arco, tanto os que se instalaram, oriundos do movimento maranhense de migração, como a população indígena.

A história da colonização do lugar onde hoje se localiza a cidade de Redenção tem início um pouco antes da instauração da ditadura militar no Brasil, aproximadamente em 1959, quando chegam à região os "pioneiros", migrantes vindos principalmente do Sul e do Sudeste do País com o intuito de explorar

economicamente o espaço que corresponde atualmente à Redenção (LIMA, 2013); fato que corrobora com o exposto por Marin (2004):

[...] o processo de mudanças na região começou a partir do que se denomina expansão da fronteira. As terras públicas (devolutas) e a política de incentivos fiscais para a agropecuária atraíram o empresariado do Sul do Brasil para formar grandes fazendas, em particular no vale do Araguaia onde se concentravam grandes riquezas naturais, principalmente madeira nobre, como o mogno (MARIN, 2004, p. 18).

Naquele período, disseminava-se a ideia de que a Amazônia era um espaço não povoado, negligenciando a existência regional de toda a população indígena, ribeirinha e posseira. Existia o discurso da necessidade de trazer pessoas para habitar a região e promover o seu desenvolvimento. Dessa maneira, o governo da época acabava por negar a existência dos povos que já moravam nesse local, principalmente os indígenas da etnia Kaiapó. Nesse sentido, a área onde hoje existe a cidade de Redenção é incorporada à lógica de integrar a Amazônia ao restante do País por meio da atividade agropecuária (LIMA, 2013), sendo assim inserida em um contexto de fronteira (BECKER, 1990).

No primeiro momento, Redenção, conforme já mencionado, era uma vila chamada de Boca da Mata, por conta da exuberante e densa floresta que existia no local. Tal vila pertencia ao Município de Conceição do Araguaia, que, durante o final do século XIX e início do século XX, foi ponto importante na exploração dos cauchais existentes no sul do estado (VAZ, 2013). Inicialmente, a história contada é que Boca da Mata foi povoada pelos chamados “pioneiros”, pessoas como Luís Vargas Dumont, Ademar Guimarães e Zé Bueno (LIMA, 2015).

A criação da Fazenda Santa Tereza, em 1963, a partir da doação de terras devolutas feitas pelo estado para João Lanari do Val, cuja família já tinha experiência com a produção agropecuária desenvolvida em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (VAZ, 2013), com o cultivo do café, marca a tendência de expansão da fronteira agropecuária que estava acontecendo no norte de Goiás, com incentivo do governo, e de maneira espontânea por algumas pessoas.

Após levantamento aerofotogramétrico da região e excursão executada por Lanari e seus funcionários, foram solicitadas ao governo do estado oitenta glebas que pertenciam a oitenta pessoas diferentes, todas do círculo de relacionamentos de João Lanari. Essas glebas constituíram a Companhia de Terras da Mata Geral

(CTMG)⁹ (VAZ, 2013), que, segundo Silva (2009), era o maior latifúndio do Pará, com mais de 350 mil hectares e capital totalmente brasileiro. No entanto, apesar dos vários nomes que estavam nos requerimentos para a obtenção das oitenta glebas, Silva (2009) esclarece que, na verdade, toda a área pertencia a João Lanari, devido a um acordo firmado pelas partes envolvidas:

[...] a concentração dos lotes para formação do grande empreendimento fundiário foi realizada por João Lanari do Val, através da constituição de uma sociedade anônima denominada Companhia de Terras da Mata Geral – CTMG, cujos acionistas, em sua maioria, foram as pessoas beneficiadas com os títulos de propriedade emitidos pelo governo paraense em 1962. Elas receberam ações da companhia como contrapartida à abdicação da titularidade dos lotes que passou a ser de domínio da mesma. Como o controle acionário do capital era majoritariamente detido pelo idealizador do empreendimento, esse passou, na prática, a ser o proprietário do imenso imóvel rural amazônico (SILVA, 2009, p. 9).

Isso só foi possível por alguns fatores preestabelecidos, como a influência política e econômica que Lanari possuía e a utilização de conhecimentos técnicos para justificar a ocupação da imensa quantidade de terra. Sobre a influência política e social para a aquisição de grande quantidade de terra em território paraense, Vaz (2013) aponta algumas conclusões:

[...] em resumo, três pontos consolidaram a chegada de Lanari à região: I) a escolha da área foi planejada previamente, contudo ao encontrar uma expressiva faixa de terra roxa e vegetação rica, João Lanari optou por demarcar logo essa área próxima a cabeceira do rio Pau D'Arco, dando por encerrada a expedição antes de alcançarem a Serra dos Gradaús, com maiores evidências minerais; II) as oportunidades, ou as brechas nas leis agrárias, permitiram a expedição do título de terras oficiais pelo governo do Estado do Pará sem maiores burocracias; e III) o maior diferencial perante os outros pioneiros: a criação da Companhia de Terras da Mata Geral, unindo os 80 títulos (VAZ, 2013, p. 74).

Após a abertura da fazenda, outros latifundiários chegaram à Boca da Mata e, devido à necessidade de locomoção e interesse da família Lanari do Val, uma pista de pouso para pequenos aviões foi aberta e, posteriormente, também utilizada para a circulação de pessoas envolvidas na garimpagem de ouro em Cumarú do Norte¹⁰

⁹ Além da venda de terras, a CTMG comercializava o gado criado em suas propriedades, o ouro que era extraído em Cumarú do Norte e que também lhe rendia lucros, a madeira existente na região, comercializada para uma serraria, e o café cru produzido em Cumarú (SILVA, 2009).

¹⁰ Vaz (2013) destaca que a formação da cidade de Cumarú do Norte, assim como de Redenção, esteve ligada à existência da Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG). No início, a área de Cumarú do Norte pertencia à Companhia, mas devido à atividade de garimpagem de ouro, a CTMG decidiu abrir, em 1984, um loteamento para ser utilizado como suporte a essa atividade. Até o presente momento, Cumarú do Norte ainda abriga a garimpagem de ouro.

e Serra Pelada. Na antiga localização da pista, existe atualmente a Avenida Santa Tereza (Fotos 1 e 2), no centro da cidade (LIMA, 2013).



FOTO 1 – ANTIGA PISTA DE POUSO ONDE HOJE EXISTE A AVENIDA SANTA TEREZA: as edificações nas margens da pista apresentam o início da ocupação urbana que ocorria no vilarejo de Boca da Mata.

Fonte: acervo pessoal de Milton Pereira Lima, 1980.



FOTO 2 – AVENIDA SANTA TEREZA, AINDA UMA VIA DE COMUNICAÇÃO COM O MUNDO: no lugar da pista de pouso de aviões que conectava Redenção com o País e o mundo, atualmente a Avenida prossegue com essa funcionalidade por meio de lojas de grifes, *fast-food*, concessionárias, escritórios etc.

Foto: Thamiris de Oliveira Santos, fevereiro de 2020.

Aos poucos, Boca da Mata foi crescendo¹¹, em termos populacionais, com a chegada de trabalhadores contratados por empresas particulares para a abertura de estradas na região sul do estado, bem como aqueles que exerciam atividades nas fazendas da região. Além disso, após o golpe militar de 1964 e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), outras fazendas foram sendo criadas, tendo a pequena vila de Boca da Mata como um local de referência.

No ano de 1971, é inaugurada a estrada que faz ligação entre Boca da Mata e Conceição do Araguaia. Nesse mesmo ano, dado o interesse em comercializar as terras, o agrimensor Luiz Vargas Dumont registra em Conceição do Araguaia o loteamento nomeado como Núcleo Urbano de Redenção (SOBRINHO JÚNIOR, 2015), localizado próximo da pista de pouso para pequenos aviões. Ainda segundo Sobrinho Júnior (2015), para além do requerido loteamento, a população do lugarejo foi se expandindo, o que originou a ocupação e a demarcação por conta própria de vários habitantes do lugar.

De acordo com Lima (2013), a emancipação da antiga Boca da Mata ocorreu devido à articulação entre os políticos, os chamados “pioneiros” e os comerciantes da época, culminando com a municipalização por meio da Lei nº 5.028, de 13 de maio de 1982 (REDENÇÃO, 2020). Para Silva (2008), por ser uma cidade localizada na fronteira, Redenção passou a ser vista como um lugar de atração para pessoas de todo o País. Este fato somado ao êxodo rural devido à pouca mão de obra utilizada no campo, causou o crescimento vertiginoso da população urbana em comparação com a população do campo, o que é possível ver na Tabela 1.

Tabela 1 – Redenção: evolução da população urbana e rural

ÁREA	ANO 1970	1980	1991	2010
Urbana	767	12.680	44.944	70.065
Rural	1.577	5.984	11.024	5.491
Total	2.344	18.664	55.968	75.556

Fonte: adaptado de Sobrinho Júnior (2015).

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, 2020.

¹¹ De acordo com Silva (2008, p. 21), “já no final de 1970, a população do lugarejo era de 767 pessoas, sendo 357 mulheres e 410 homens. Essa população era, ainda, essencialmente composta por famílias de trabalhadores rurais, engajados nos trabalhos de abertura das fazendas concernentes aos projetos agropecuários das redondezas”.

A cidade apresenta-se como um entroncamento de três rodovias importantes para a região: a PA-287, a BR-155 e a BR-158. Esse nó rodoviário foi se construindo ao longo do tempo, principalmente por conta das atividades econômicas que dinamizavam a região e a cidade, de maneira que o crescimento desta última esteve historicamente vinculado aos diferentes momentos do dinamismo econômico ocorrido na fronteira amazônica.

As rodovias também são fundamentais para entender o crescimento da cidade. A BR-155 é a estrada que a liga aos núcleos urbanos de Pau D'arco, Xinguara, Sapucaia e Marabá; a BR-158 conecta Santana do Araguaia também ao estado do Mato Grosso; enquanto a PA-287 faz a ligação de Redenção com Conceição do Araguaia e com algumas cidades do estado do Tocantins.

Lima (2013) considera a corrida madeireira e aurífera, em Cumaru do Norte e em Serra Pelada, respectivamente, como os primeiros impulsionadores do crescimento urbano de Redenção. Outrossim, na atualidade, os serviços voltados ao atendimento do agronegócio na região corroboram para o crescimento econômico da cidade. Também se pode notar a inserção de Redenção na sojicultura, acompanhando a tendência delineada no sul do estado do Pará.

Boa parte do dinheiro gerado com a exploração do ouro ficava em Redenção, quando os garimpeiros vinham à cidade comprar alimentos, materiais para trabalho ou investir na criação de comércios (LIMA, 2015). Concomitantemente ao ciclo do ouro, o ciclo madeireiro atraía pessoas para Redenção desde a década de 1970, tendo a criação de serrarias e laminadoras e a utilização da madeira na construção civil alavancado a economia da cidade, pois muito do lucro auferido na atividade madeireira foi investido na formação de outros ramos, como comércio e serviços, promovendo, em contrapartida, grande desmatamento.

Após a sua emancipação, vários grupos políticos que passaram pelo poder local trabalharam no sentido de tornar Redenção uma cidade polo¹² para a sub-região do sul do Pará, como aponta Lima (2015). Esse esforço político pode ser visto na concentração local de serviços públicos (muitos deles transferidos de Conceição do Araguaia para a cidade), como aqueles prestados pela Empresa de Correios e

¹² É necessário mencionar que a expressão “cidade polo” é amplamente utilizada pela população para descrever Redenção, ou seja, esse termo faz parte do imaginário redencense sobre a cidade. Lima (2015) apresenta que políticos eleitos desde os anos de 1990 são os responsáveis pela disseminação do discurso de que Redenção é uma cidade polo, ação necessária para colaborar com seus projetos ideológicos e de continuação no poder público.

Telégrafos (ECT), pela agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pela delegacia da Polícia Federal etc.; bem como na aglomeração de serviços privados, a exemplo das faculdades particulares, dos hospitais, das clínicas, das lojas de produtos agrícolas, das feiras agropecuárias e dos eventos voltados para o agronegócio, das empresas de georreferenciamento, dos escritórios de empresas que trabalham com o melhoramento genético do gado, das concessionárias de carros, entre outros serviços que, no imaginário da população, fazem com que Redenção seja chamada de “cidade polo”¹³.

É necessário mencionar que a história contada de geração em geração é a dos “pioneiros”, homens “desbravadores” que, das mais diversas regiões do País, vieram colonizar terras redencenses em nome do progresso pessoal e nacional. Entretanto, essa história dos “pioneiros” negligencia que eles, ao se depararem com o potencial ambiental da região, travaram disputas com os que já estavam, notadamente com os povos indígenas, sobretudo os kayapó, que existem e resistem até hoje no sul do Pará em face do processo de produção do espaço urbano que em muito os deixa de lado.

De acordo com Silva (2007), os mebêngôkre, também denominados de kayapó¹⁴, dividiam-se em três grupos, a saber: Kradaú ou Irã Aimrare, os Gorotire e, por fim, os Kuben-Kran-Kegn. Residiam das margens do rio Araguaia até o rio Xingu muito antes da chegada dos primeiros migrantes nordestinos na região sul do Pará. Porém, com o avanço da colonização branca, esse grupo passou por intensa intervenção em seu modo de vida e no espaço que habitava, ocasionando sua extinção. Sobre essa situação, Silva (2007) afirma:

[...] a área de campos naturais, que vai da margem esquerda do Araguaia até o início da floresta amazônica que era habitada pelos kradaús, foi transformada, ao longo da última década do século XIX, em fronteira camponesa, no começo com a utilização dos índios nessa conversão das terras tribais em terras camponesas e posteriormente com a extinção deles pelo colonizador (SILVA, 2007, p. 7).

¹³ Podemos inferir que a centralidade exercida por Redenção se acentuou posteriormente quando se iniciou o processo de exploração mineral de níquel, no âmbito do projeto que foi instalado entre Redenção e Conceição do Araguaia (ALONSO, 2013). Além do projeto mineral, a expansão da soja no sul do Pará também poderá ampliar a centralidade que Redenção exerce.

¹⁴ “O termo kayapó (por vezes escrito ‘kaiapó’ ou ‘caiapó’) foi utilizado pela primeira vez no início do século XIX. Os próprios não se designam por esse termo, lançado por grupos vizinhos para nomeá-los e que significa ‘aqueles que se assemelham aos macacos’, o que se deve provavelmente a um ritual ao longo do qual, durante muitas semanas, os homens kayapó, paramentados com máscaras de macacos, executam danças curtas. Mesmo sabendo que são assim chamados pelos outros, os Kayapó se referem a si próprios como mebêngôkre, ‘os homens do buraco/lugar d’água’” (ISA, 2018, p. 1).

Com o avanço da chegada de migrantes de outras regiões do País – nordestinos e sulistas, posteriormente –, e a educação promovida pela igreja católica¹⁵, a presença indígena na região foi violentamente afetada, como já apresentava Moreira Neto (1960) ao relatar a expansão da chamada frente pioneira interessada na transformação dos espaços indígenas em áreas para desenvolvimento da atividade agropastoril nos campos de Pau D’arco.

A cidade de Redenção conta oficialmente com 219 indígenas que nela residem – população esta que pode variar ao longo do ano (SESAI, 2019) – e com o funcionamento de um escritório regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e uma unidade de responsabilidade sanitária, o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) kaiapó do Pará. Contudo, os indígenas na cidade lidam com o preconceito e a discriminação em função de suas diferenças culturais. O sistema educacional público, apesar de acolhê-los, não conta com o devido preparo profissional para trabalhar com seus conhecimentos, o que leva frequentemente à evasão escolar, sobretudo no ensino médio. Nesse sentido, a cidade que tanto se orgulha de ser um lugar de oportunidades, acaba por desprezar os que já habitavam a região, seguindo o mesmo movimento de exclusão, como apresentado por Cardoso (2018) ao discutir sobre os indígenas em Altamira.

A criação da Fazenda Santa Tereza e da Companhia de Terras da Mata Geral, a vinda de outras famílias com interesses e incentivos do estado para ocuparem, por meio do grande latifúndio, as terras do sul do Pará, mostram-nos como se deu a configuração histórico-geográfica de ocupação do espaço com o intuito de execução da atividade agropecuária pautada na privatização de grandes parcelas de terras na Amazônia (SILVA, 2009). Além do mais, mostra como esse histórico de apropriação fundiária, responsável até hoje pelo avanço da pecuária e, mais recentemente, da soja na região, faz com que o sul do Pará esteja inserido em circuitos de exportação de *commodities* para outras regiões e países do mundo.

De maneira geral, como já mencionado, o município de Redenção possui 75.556 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo 70.065 residentes na zona urbana e

¹⁵ Silva (2007) discorre sobre a existência do Colégio Isabel, fundado na margem direita do rio Araguaia, onde hoje existe a cidade de Couto Magalhaes, no estado do Tocantins – mas que no final do século XIX ainda era Conceição do Araguaia, no Pará –, enquanto um dos elementos necessários para entender como os indígenas foram utilizados no processo de penetração dos migrantes na região do vale do rio Araguaia. Refere-se, por exemplo, às trilhas, que serviam como caminho para boiadeiros, e às aldeias distribuídas pelos rios Arraias e Pau D’arco, utilizadas como paradas.

5.491 da zona rural, distribuídos em quatro distritos: Mata Geral, Princesa Izabel, Espírito Santo e o distrito sede do município (SEMOB, 2019), com 70.065 moradores. Atualmente, a cidade possui quarenta e três bairros ou setores, como são comumente chamados (Mapa 3), o que expressa o crescimento da ocupação urbana ao longo dos anos.

A cidade primeiramente foi se expandindo a partir do denominado setor Núcleo Urbano (SOBRINHO JÚNIOR, 2015), loteamento solicitado por Luís Vargas Dumont devido ao crescimento decorrente da chegada de migrantes que vieram para a região com interesse por moradia e emprego.

Outro ponto que demonstra o crescimento da cidade é a abertura de loteamentos, principalmente a partir do ano de 2003 (SEMOB, 2019), como é possível acompanhar no Quadro 1.

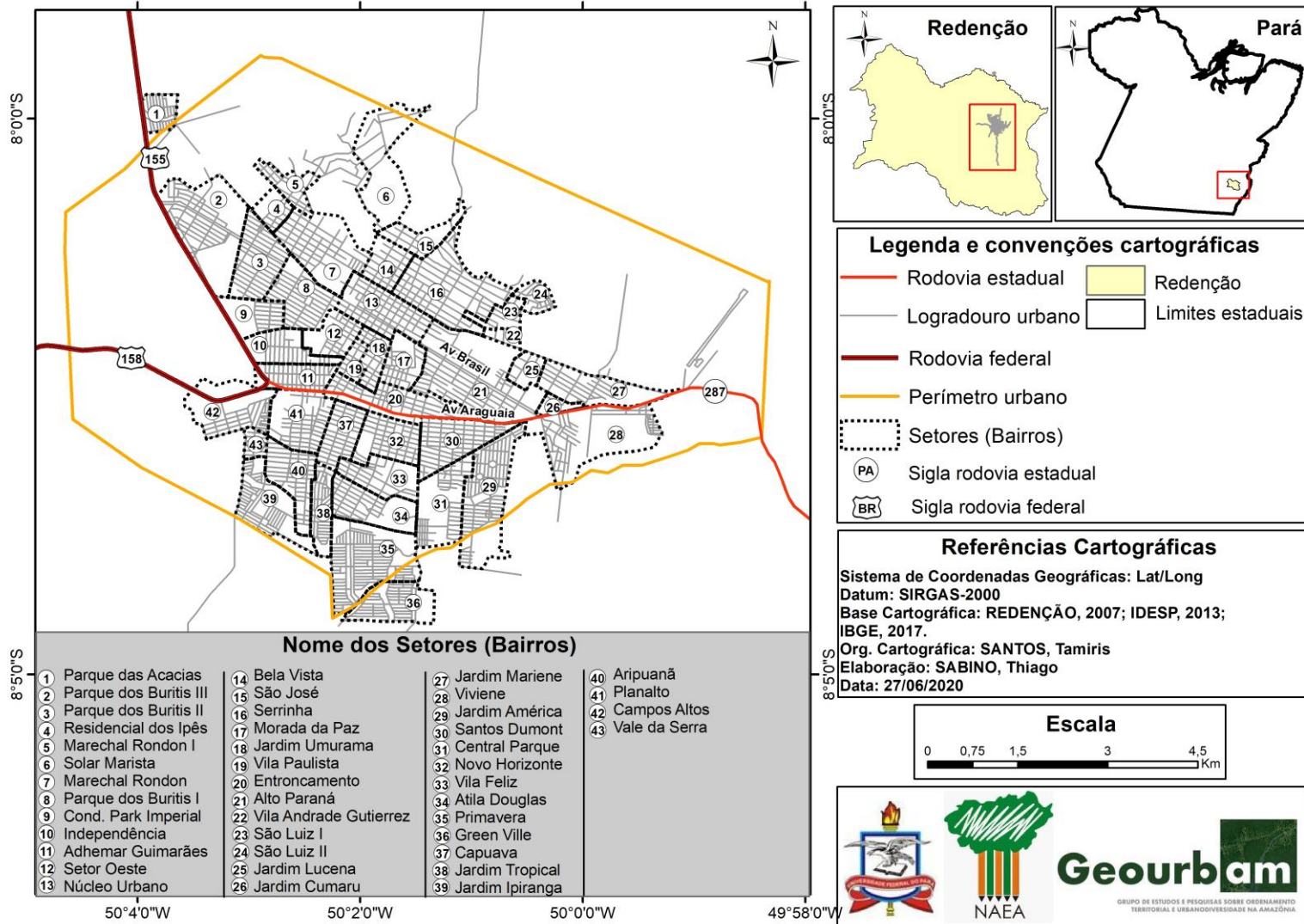
Quadro 1 – Redenção: loteamentos abertos na cidade de 2003 até 2015

Empresa	Nome do loteamento	Área	Ano
Santana Imobiliária	Parque das Acacias	317.375,27m ²	2015
Buriti Empreendimentos	Residencial Parque dos Buritis I	918.505,87m ²	2003
Buriti Empreendimentos	Residencial Park dos Buritis II	893.814,44m ²	2003
Buriti Empreendimentos	Residencial Park dos Buritis III	918.505,87m ²	2008
MB Urbanismo e Terra Construtora	Solar Marista I	250.997,00m ²	2012
MB Urbanismo e Terra Construtora	Solar Marista II	337.974,07m ²	2012
Buriti Empreendimentos	Jardim Tropical	117.747,65m ²	2011
São Luiz Imóveis Ltda.	São Luiz	172.283,00m ²	2010
São Luiz Imóveis Ltda.	São Luiz II	69.462,00m ²	2013
Buriti Empreendimentos	Residencial Jardim América	992.740,00m ²	2015
Buriti Empreendimentos	Jardim Ipiranga	478.790,00m ²	2013
Juary Empreendimentos imobiliários	Residencial Primavera	855.580,76m ²	2012
Juary Empreendimentos imobiliários	Greenville	750.000m ²	2015

Fonte: SEMOB (2019).

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, 2020.

Mapa 3 – Redenção: localização dos “setores” na cidade.



A abertura de vários loteamentos demonstra intenso processo de urbanização, embora este processo não se dê de maneira a proporcionar acesso igualitário aos equipamentos públicos e privados. A título de exemplo, podemos comparar as condições ofertadas pelo Loteamento Residencial Jardim América, que fica em área bastante afastada de equipamentos coletivos, como hospitais, farmácias e supermercados, e que apresenta infraestrutura bastante precária (Foto 3), com o Loteamento Residencial Park dos Buritis I, II e III¹⁶, e o Condomínio Park Imperial, que conta com boa infraestrutura, asfaltamento de todas as ruas, iluminação adequada, áreas de lazer com piscinas e quadras para esportes (Foto 4).

Outro elemento presente na paisagem urbana de Redenção é a existência de um pequeno, mas reconhecível processo de verticalização na área central da cidade, sendo a expressão da ocupação desigual do espaço urbano. Além do mais, a habitação urbana como uma mercadoria e a existência de edificações verticais para moradia podem ser analisadas como um marco de diferenciação social (RAMIRES, 1997) entre classes.

Localizados em área nobre da cidade, próximos a Avenida Santa Tereza, os condomínios verticais contam com significativa infraestrutura. Como verificado em trabalho de campo, o condomínio Loureni (Foto 5) possui apartamentos com dois quartos e uma suíte, cozinha, sala e área de lazer com piscina. O valor do aluguel do imóvel é de R\$ 2.000,00, sendo que a taxa de condomínio custa R\$750,00. O condomínio Castanheira (Foto 6) conta com um apartamento por andar e quatro suítes em cada um, além de área de lazer e duas piscinas. O aluguel de cada apartamento e a taxa de condomínio custam, respectivamente, R\$2.300,00 e R\$1.100, 00.

¹⁶ Ambos os empreendimentos (os loteamentos residenciais Jardim América e Buritis I, II e III) pertencem a Buriti Empreendimentos, que possui cinco loteamentos na cidade, a saber: Jardim Tropical, Park dos Buritis I, II e III, Park Imperial, Jardim Ipiranga e Jardim América. Ao todo, a empresa possui trinta e nove loteamentos no estado do Pará.



FOTO 3 – RUA DO RESIDENCIAL JARDIM AMÉRICA: de acordo com o site da Buruti Empreendimentos, o loteamento foi entregue à Prefeitura com todas as ruas asfaltadas e com todos os postes de iluminação funcionando, porém, o que se observa é que, no verão, os moradores precisam lidar com a constante poeira e, no inverno, com as poças de lama nas vias.
Foto: Ernando Ribeiro, janeiro de 2020.



FOTO 4 – ENTRADA DO CONDOMÍNIO PARK IMPERIAL: o condomínio conta com amplo espaço de lazer, com quadras para esportes e piscina para adultos e crianças, além de qualidade e completo asfaltamento.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, janeiro de 2020.



FOTO 5 – CONDOMÍNIO LOURENI: os apartamentos possuem dois quartos e uma suíte, o condomínio conta com área de lazer e piscina.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, março de 2020.



FOTO 6 – CONDOMÍNIO CASTANHEIRA: o edifício é composto por um apartamento em cada andar e cada um com 4 suítes, contando, também, com área de lazer compartilhada, duas piscinas e dois elevadores.

Foto: Thamiris de Oliveira Santos, março de 2020.

Quem chega a Redenção pelas rodovias BR-158 ou BR-155 se depara com o entroncamento das duas vias com a PA-287. O perímetro urbano desta rodovia estadual recebe o nome de Avenida Araguaia (Foto 7). Por conta disso, esta é uma via de intensa dinâmica econômica com diversas lojas de confecções, eletrodomésticos e outros itens, concentrando também a maior quantidade de estabelecimentos voltados à demanda agropecuária. Além da referida avenida, Brasil e Santa Tereza são duas outras importantes ruas que concentram uma gama de comércios e serviços necessários ao cotidiano redencense, como lojas de eletrodomésticos, confecções, bancos públicos e privados, lojas de grifes conceituadas, rede de *fast-food*, serviços públicos, entre outros estabelecimentos, como podemos visualizar no Mapa 4.

O adensamento dos estabelecimentos de comércio agropecuário na Avenida Araguaia e a densidade dos comércios e serviços nas avenidas Brasil e Santa Tereza, conforme já mencionado, são resultados do processo histórico de ocupação urbana, tendo em vista que as vias mencionadas são imprescindíveis à circulação e ao consumo da população redencense, além de também concentrarem estabelecimentos de importância regional.

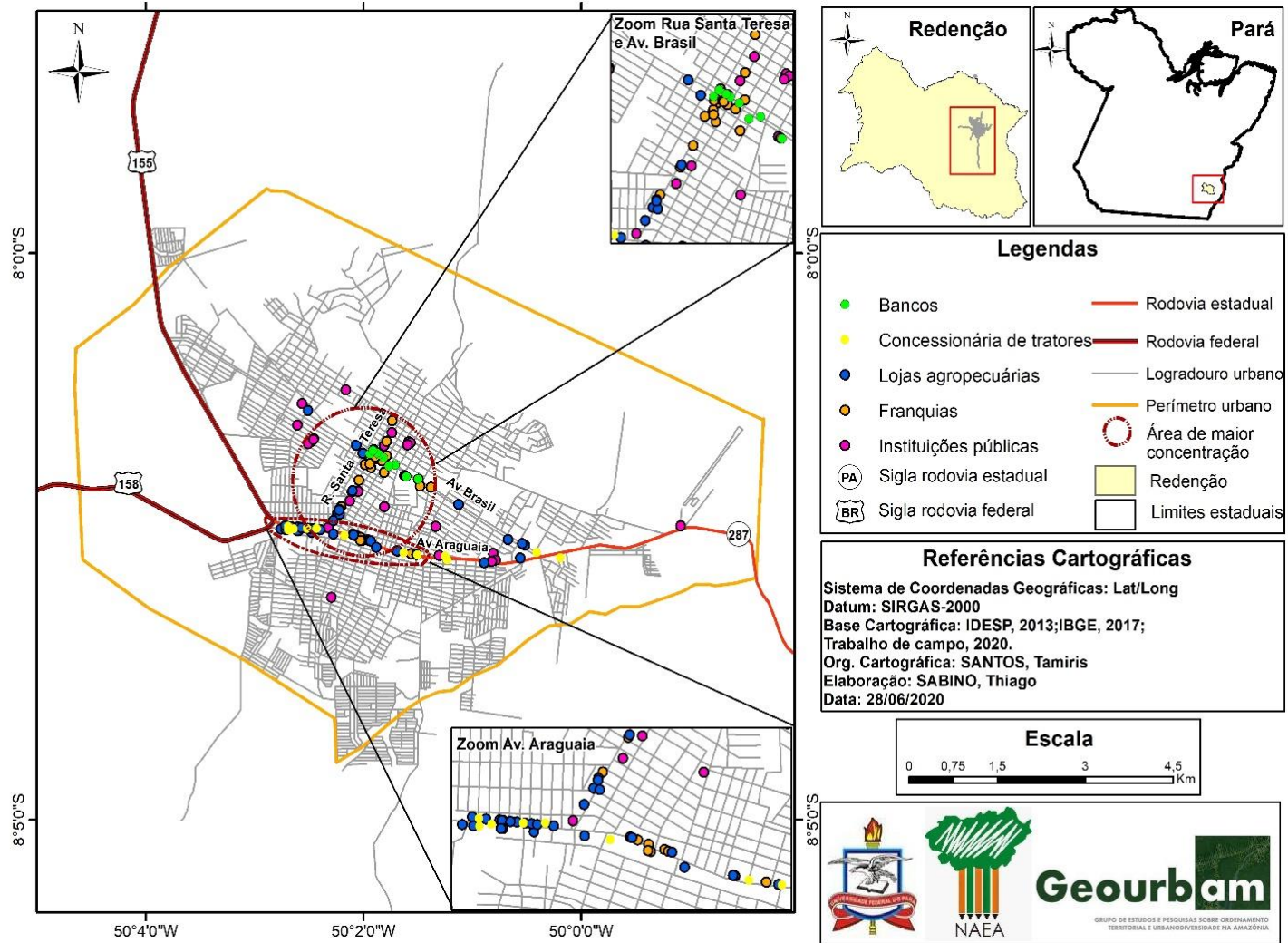
No que concerne ao lazer e à cultura, Redenção dispõe de vários espaços privados e eventos particulares que promovem shows voltados ao enaltecimento da música sertaneja, representativa do entrelaçamento entre o modo de vida do campo e o da cidade. As demais manifestações culturais não possuem o mesmo apoio, tanto público quanto privado. Os espaços públicos de lazer se restringem a algumas praças e, mais recentemente, no ano de 2020, foi inaugurada a primeira etapa do Parque Natural Municipal, localizado próximo do setor Park dos Buritis.

O saneamento básico fica aquém das expectativas. Isso porque, de acordo com o último censo (IBGE, 2010a), apenas 10% dos domicílios urbanos contavam com saneamento básico adequado e apenas 0,1% das vias públicas possuíam devida infraestrutura urbana, como pavimentação, meio-fio e calçadas. O abastecimento de água também é outro ponto que merece destaque, pois somente 23% da cidade é abastecida pela rede geral (IBGE, 2010a), que é gerenciada por uma empresa privada, a BRK Ambiental.



FOTO 7 – AVENIDA ARAGUAIA: importante via da cidade, concentrando uma diversidade de comércio e serviços, além de ser via de tráfego para caminhões que transportam a produção agropecuária regional.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, março de 2020.

Mapa 4 – Redenção: localização dos principais comércios e serviços na cidade



Isso é sentido no cotidiano pelos moradores, pois, nos primeiros meses do ano, a população que habita distante das áreas centrais precisa lidar com lama e alagamentos. Por conta desta situação, ademais, estudantes da rede pública de ensino chegam a faltar aulas por não conseguirem sair de casa. Por outro lado, no período de estiagem, que começa em junho, a poeira toma conta da paisagem, agora acompanhada pelo calor extremo reforçado pelas queimadas que ocorrem nas redondezas da cidade.

As expressões intraurbanas do papel que Redenção exerce na rede urbana não se limitam aos elementos já referidos. A cidade dispõe de vários equipamentos públicos e privados, porém, os mesmos não estão distribuídos de maneira a facilitar o acesso de todos.

Enquanto isso, os moradores de setores como Santos Dumont, Primavera e Vila Maria dependem de veículo próprio ou do pagamento de corrida de moto táxi (cujo menor preço não é inferior a oito reais), já que não existe transporte público na cidade.

4 REDENÇÃO: UMA CIDADE MÉDIA AMAZÔNICA?

As cidades médias na Amazônia possuem muito de suas dinâmicas urbanas pautadas em interesses que são pensados fora da região, o que fica expresso na configuração intraurbana desses espaços, como vimos em Cardoso (2018), Trindade (2015) e Trindade Jr *et al.* (2016). Partindo disso, desenvolveremos neste capítulo uma discussão relacionada à função que Redenção, enquanto cidade média, exerce na dinâmica do agronegócio que se desenvolve na região sudeste do Pará, sobretudo com a produção de *commodities*.

4.1 O advento do agronegócio e as transformações socioespaciais

A noção de cidade do agronegócio, tal como entendida por Elias (2012), é um desdobramento do entendimento de Santos ([2000] 2011) acerca da “cidade do campo” enquanto detentora de um papel político que se manifesta de duas maneiras: a cidade é o lócus de regulação do trabalho no campo e é atenta aos movimentos do mundo. Em outras palavras, é um lugar “sequioso de uma interpretação dos movimentos do mundo” (SANTOS, [2000] 2001, p. 92). Pode-se interpretar o desdobramento dessa vontade de entender os movimentos mundiais como o motor responsável pela existência das cidades do agronegócio.

Tendo em vista que as atividades do campo necessitam cada vez mais de ciência e tecnologia, as cidades tornam-se espaços responsáveis pelo fornecimento dessas condições físicas necessárias para tornar o campo mais propício ao atendimento das necessidades do mercado. A dependência de um campo de decisões e comandos cada vez mais distantes da cidade ao qual está próximo é uma tendência já apontada por Santos ([1988] 2014), ao mostrar as novas relações cidade-campo.

A reestruturação produtiva das atividades no campo alterou, em muitos aspectos, a produção do espaço urbano em cidades cujos entornos são voltados para tal atividade, sobretudo em áreas não metropolitanas. Esse processo de modernização das atividades agrícolas está relacionado ao avanço do meio técnico-científico informacional (SANTOS, [1996] 2017) no campo, sendo a cidade o espaço de fornecimento de meios para essa modernização agrícola. Dessa forma, Elias (2007) afirma que:

[...] nas áreas onde se expande a agricultura científica e o agronegócio globalizado, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1988, 1996, 2000). Isso significa que os espaços agrícolas também se mecanizam e passam a compor parte das redes agroindustriais e, onde a atividade agropecuária se dá baseada na utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, principais forças produtivas do presente período histórico, é visível o incremento da urbanização, do número e do tamanho das cidades (ELIAS, 2007, p. 114).

Nessa perspectiva, pode-se inferir que essa articulação entre campo e cidade produz um espaço urbano fortemente funcionalizado para atender às demandas do agronegócio, configurando, então, o que Elias (2007) entende por cidade do agronegócio. Estas cidades expressam, em seus equipamentos urbanos, a primazia dos interesses dessa atividade em detrimento das demais funções urbanas de comércio e serviços. Sendo assim, as cidades passam a ser o lócus de comando, regulação e gestão do que ocorre no campo. Além disso, são espaços urbanos cujas organizações socioespaciais desiguais são muito evidentes, como se nota pela existência, por um lado, de condomínios fechados de luxo e, por outro, da formação de aglomerados subnormais¹⁷ e bairros com precária infraestrutura urbana.

Esses espaços urbanos fortemente voltados ao agronegócio podem se manifestar em áreas de inserção recente na nova dinâmica capitalista, em áreas de fronteira, tendo em vista que, como apontou Becker (1990), a expansão capitalista na fronteira necessita de núcleos urbanos de diferentes tamanhos e funcionalidades para ocorrer. Assim, pode-se perceber a interseção entre o fenômeno urbano estudado por Becker (1990) e por Elias (2007), pois, em vista das atuais demandas do campo, ocorre de maneira significativa o crescimento de espaços urbanos não metropolitanos, como as cidades médias. Nessa perspectiva, as atividades do campo tornam-se cada vez mais dependentes de serviços urbanos. Por isso, Elias (2007) afirma que:

[...] tal situação se dá, principalmente porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. A produção agrícola e agroindustrial intensiva exige que as cidades próximas ao campo se adaptem para atender às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais

¹⁷ Segundo a classificação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um aglomerado subnormal é “uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação” (IBGE, 2010b, não paginado).

produtos e serviços necessários à sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna sua regulação (ELIAS, 2007, p. 118).

Esse processo dialético entre campo e cidade culmina com uma urbanização cada vez mais complexa (ELIAS, 2007), na qual um importante papel é desempenhado pelo agronegócio, entendido “de forma mais restrita como parte da modernização agrícola: mecanização do campo, destinação da produção para a exportação, atuação de grandes empresas etc.” (SOBARZO, 2010, p. 47).

Assim, a modernização agrícola, como já exposto, implica na dependência das atividades do campo em relação à técnica e à ciência, fazendo parte da nova dinâmica de produção social do espaço a partir do período técnico-científico informacional (SANTOS, [1996] 2017).

Portanto, a cidade de Redenção destaca-se no cenário regional com um setor bem estabelecido de comércio e serviços no sentido de atender às necessidades oriundas do campo que, cada vez mais, necessita de tecnologias que auxiliem e maximizem o processo de produção agropecuária.

4.2 O circuito superior e as demandas do agronegócio

Quando se trata do provimento de insumos¹⁸, maquinário e implementos¹⁹ agropecuários, Redenção fica entre as trinta principais cidades no país que são fornecedoras desses produtos, mais especificamente na 28ª posição²⁰, destacando-se pela distribuição de maquinário específico para gado de corte (IBGE, 2019a). Sobre a assistência técnica à produção agropecuária, no ranking do IBGE, aparece em 30º lugar.

No trabalho de campo realizado entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, foi possível contabilizar trinta e seis estabelecimentos voltados para a manutenção da atividade agropecuária existente na região, a exemplo de escritórios de representação comercial de venda de sêmen bovino, lojas de implementos agrícolas etc. (Quadro 2).

¹⁸ No geral, insumos são itens necessários à produção agropecuária, como adubos, fertilizantes, rações, maquinário, ferramentas etc.

¹⁹ Em resumo, implementos são materiais utilizados que auxiliam no processo de produção agropecuária quando acoplados nas máquinas, quais sejam: adubadores, arados, ceifadeiras, semeadoras, pulverizadores entre outros.

²⁰ A outra cidade paraense a figurar no ranking é Marabá, na 12ª colocação, ocupando a 11ª posição no que diz respeito ao oferecimento de assistência técnica.

Quadro 2 – Cidade de Redenção-PA: estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários

No.	Nome de fantasia	Ano de instalação	Quantidade de lojas na cidade	Ramo de atuação	Localização da matriz e CDD	Grupo ao qual pertence	Relação com a matriz	Opções de pagamento	No. de funcionários por loja
1	Anhanguera Tratores	2005	1	Venda de peças para tratores	Redenção-PA	Grupo Anhanguera	-	Cartão, boleto, duplicata e à vista	10
2	Agroboi	2007	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Redenção-PA	Nenhum	-	À vista, cartão, boleto e crediário próprio	16
3	Agromina	Não informado	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Redenção-PA	Nenhum	-	Cartão, à vista, cheque, boleto	6
4	Agrozoo	2006	1	Compra e venda de gado	Redenção-PA	Grupo Agrozoo	-	Cartão, boleto, cheque e à vista	17
5	Alvorada	2011	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Campo Grande-MS	Alvorada Produtos Agropecuários	Direta	Cartão, cheque, à vista e boleto	20
6	Agrorural	2004	1	Comércio varejista de produtos para nutrição animal	Xinguara-PA	Nenhum	Direta	Cartão, cheque, à vista e boleto	6
7	Agromaq	2018	1	Representação de máquinas agrícolas	Redenção-PA	Nenhum	-	Financiamento, boleto e cheque	3
8	Agropatos	2019	1	Comércio varejista de produtos de nutrição animal	Redenção-PA	Nenhum	-	À vista, cartão e boleto	3
9	AgroAmazon	2014	1	Escritório de planejamento para financiamentos	Palmas-TO	Nenhum	Direta	Financiamento bancário	3

				agropecuários					
10	Agrosêmen	2006	1	Representação comercial de venda de sêmen	Uberaba-MG	Nenhum	Direta	Boleto	1
11	Agroquima	1998	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Goiânia-GO	Nenhum	Direta	À vista, cartão e boleto	15
12	Boi Pará	2004	1	Compra e venda de gado	Redenção-PA	Nenhum	-	Negocia com o frigorífico	1
13	BRA Agroquímica	2017	1	Centro de distribuição de herbicidas para pastagem	Piracicaba-SP	Nenhum	-	À vista e boleto	10
14	Cerealista Firmeza	2019	1	Comércio varejista de cereais e implementos minerais	Redenção-PA	Nenhum	-	Cartão, cheque e à vista	3
15	Casa das Ordenhas	2016	1	Comércio varejista de produtos para ordenha	Campo Grande-MS	Nenhum	-	Cartão, cheque e à vista	3
16	Casa da Ração	2014	1	Comércio varejista de insumos pecuários	Redenção-PA	Nenhum	Direta	Cartão, à vista e boleto	7
17	Casa do Adubo	2019	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Vitória-ES	Nenhum	-	À vista, boleto, cartão e cheque	14
18	Cabaça Aviação Agrícola	2012	1	Aviação agrícola	Redenção-PA	Nenhum	-	Boleto e cheque	19
19	CONSULTE C	2016	1	Escritório de planejamento para financiamentos agropecuários	Redenção-PA	Nenhum	Direta	À vista, boleto e cheque	1

20	Casa ValFran	2009	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Redenção-PA	Nenhum	-	À vista, cartão, cheque, boleto e duplicata	5
21	DK Agropecuária	2007	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Xinguara-PA	Nenhum	Direta	Cartão, cheque, à vista e boleto	20
22	HM Nutrição Animal	2019	1	Comércio varejista de produtos para nutrição animal	Redenção-PA	Nenhum	-	À vista, cartão e cheque	4
23	NorteAgri	2014	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Redenção-PA	Nenhum	-	Cheque, à vista e boleto	5
24	Pará Sul-Agropecuária	2005	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Santana do Araguaia-PA	Nenhum	Direta	À vista, cheque, cartão e boleto	17
25	ProFarm	2019	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Xinguara-PA	Nenhum	Direta	Cartão, à vista, cheque e boleto	2
26	PROGRAMA R	2010	1	Representação comercial de venda de sêmen e clínica de inseminação artificial	Uberaba-MG	Nenhum	Direta	À vista, boleto e cheque	3
27	Redenção Comércio Motosserras Ltda.	2007	1	Comércio varejista de ferramentas	Redenção-PA	Grupo Arauto	-	À vista, cartão e boleto	10
28	RD Peças Agrícolas	2015	1	Comércio varejista de peças e oficina	Redenção-PA	Nenhum	-	Cartão, à vista e boleto	4
29	Rural Brasil	2015	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Goiânia-GO	Grupo Água Capital	Direta	À vista, boleto, "barter" e prazo-safra	11
30	SantaAgro	2017	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Redenção-PA	Nenhum	-	Cartão, boleto, duplicata e à vista	10

31	Sêmen Norte	Não informado	1	Representação comercial de venda de sêmen e clínica de inseminação artificial	Redenção-PA	Nenhum	-	À vista, boleto e cheque	7
32	Sementes Cosmorama	1999	1	Comércio varejista de sementes para pastagem	Cosmorama-SP	Nenhum	Direta	À vista e cartão	1
33	Sementes Triângulo	2009	1	Representação comercial de venda de sementes	Imperatriz-MA	Nenhum	Direta	Cartão, cheque e à vista	2
34	Tarcisio Rações e Cereais	2017	1	Comércio varejista de rações e produtos de nutrição animal	Redenção-PA	Nenhum	Direta	À vista, boleto, cartão e cheque	7
35	Valdo Agropecuária	2017	1	Comércio varejista de insumos agropecuários	Redenção-PA	Nenhum	-	À vista, cheque e boleto	6
36	Venke Máquinas e Implementos agrícolas	2019	1	Comércio varejista de máquinas agrícolas e peças	Redenção-PA	Nenhum	-	Cartão, cheque, à vista e boleto	6

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, a partir do Trabalho de campo realizado em Redenção-PA, em janeiro de 2020.

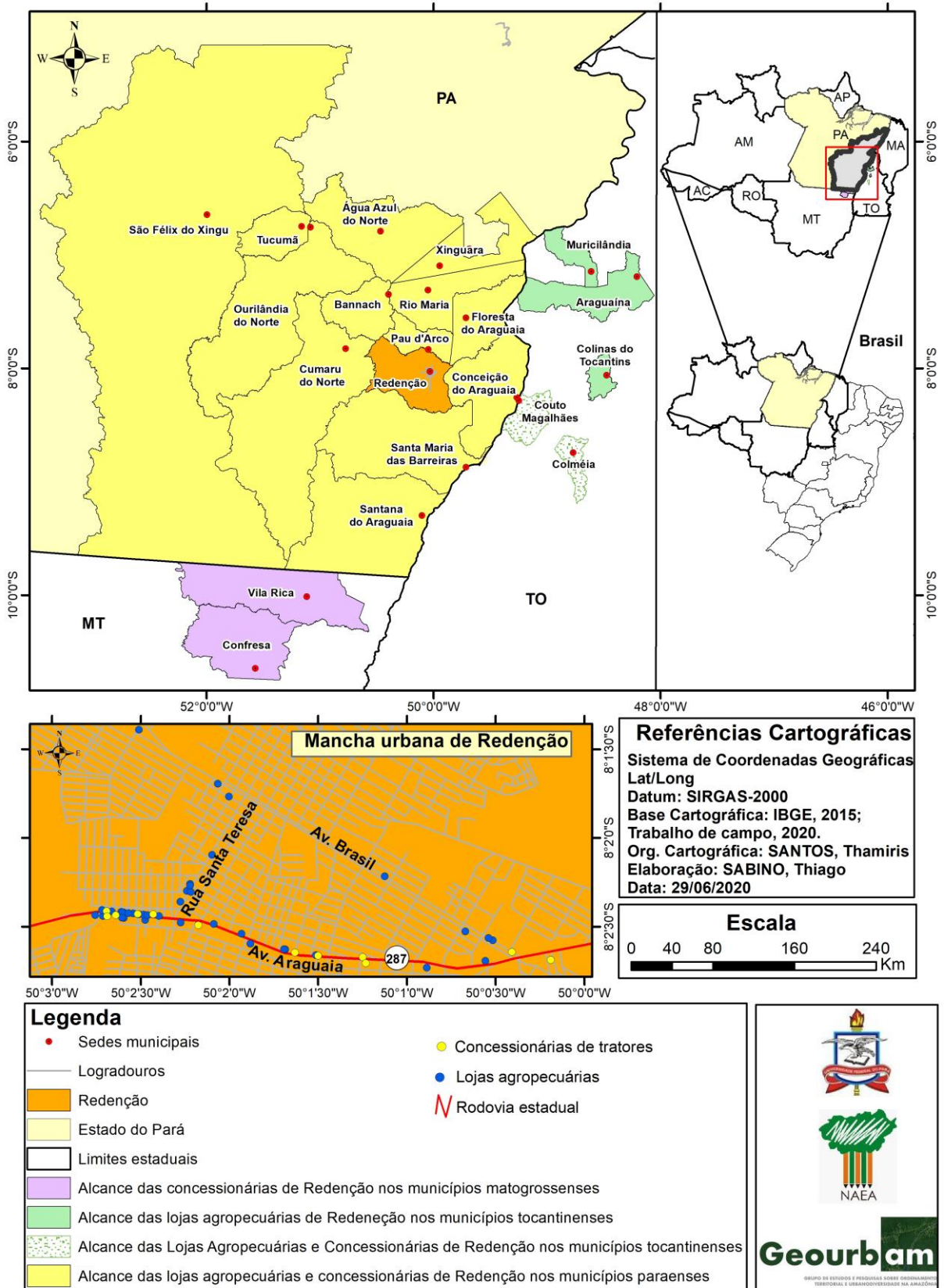
Conforme é possível observar no Quadro 2, a maioria dos estabelecimentos comerciais tem sua matriz em Redenção ou detém apenas uma única loja, o que demonstra a ação do capital local para atender às demandas produzidas pela modernização do campo, refletida na venda de vários produtos importados, como vacinas, inseticidas e fertilizantes. As três representações comerciais de venda de sêmen bovino trabalham com material genético importado de países como Argentina, Holanda e Estados Unidos²¹.

A partir dos levantamentos realizados em campo, esses estabelecimentos também atendem às demais das cidades da região: Xinguara, Conceição do Araguaia, Rio Maria, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Sapucaia, Ourilândia do Norte, Tucumã, Cumaru, Pau D'arco, Bannach e Floresta do Araguaia. Em alguns estabelecimentos também foi relatado atendimento a cidades de outros estados, próximas da divisa do Pará com Tocantins, a exemplo de Colmeia, Couto de Magalhães, Pequizeiro, Pedro Afonso e Colinas; e, igualmente, com o Mato Grosso, como Vila Rica e Confresa.

É importante mencionar que durante o trabalho de campo, na ocasião de aplicar o formulário no estabelecimento Cabaça, que realiza o serviço de aviação agrícola, a sócia-proprietária relatou também prestar serviços para cidades além das mencionadas acima, sendo elas Muricilândia e Araguaína, no Tocantins. Essa situação pode ser explicada pelo fato de o serviço oferecido não ser tão comum de encontrar. O alcance territorial das lojas agropecuárias e das concessionárias pode ser visualizado no Mapa 5.

²¹ A Programar trabalha com material genético fornecido pela ABS, uma empresa internacional que tem em Uberaba (MG) seu principal polo de pesquisa e distribuição. A Sêmen Norte tem como fornecedora a Genex, empresa subsidiária da holding Urus. A sede da empresa no Brasil fica em São Carlos (SP). A Agro Sêmen trabalha com material fornecido pela Alta Genética, outra empresa subsidiária da holding Urus, com sede em Uberaba (MG). Nas três representações comerciais, o material genético passa pelo mesmo processo de transporte: o sêmen importado chega primeiramente à cidade que abriga a sede brasileira, antes de ser transportado para Redenção.

Mapa 5 – Redenção e área de alcance das lojas agropecuárias e concessionárias



A maioria das lojas verificadas trabalha com formas modernas de pagamento, como a utilização de cartão de crédito e débito de bandeiras como Visa e Mastercard, o que denota a maneira como esses estabelecimentos estão inseridos no circuito superior da economia (SANTOS, [1979] 2008). Este fato também é evidenciado pela venda de produtos que demandam alta tecnologia, como máquinas agrícolas, herbicidas e vacinas.

Além das formas mais populares de pagamento (boleto, cartão e cheque), durante o trabalho de campo foi constatado que o estabelecimento Rural Brasil²² utiliza a operação financeira “*barter*”, que consiste na troca de grãos de soja ou milho pelos produtos requeridos pelo produtor rural. Ademais, a Rural Brasil também dispõe do “prazo safra”, uma operação de crédito na qual o produtor somente paga pelas compras realizadas na loja depois da colheita do grão. Em troca, ao longo do tempo pré-colheita, a propriedade rural pode ser hipotecada ou a safra pode ser utilizada como garantia.

Muitos dos estabelecimentos arrolados no Quadro 2 localizam-se ao longo da Avenida Araguaia, que é o trecho urbano da rodovia PA-287, que liga Redenção à Conceição do Araguaia, além de conectar as rodovias BR-155 e BR-158. Essa conexão lhe confere grande fluxo de veículos pesados e proporciona ao comércio local o recebimento de clientes de outras cidades e estados. As Fotos 8, 9, 10 e 11 mostram algumas das lojas do ramo agropecuário.

²² A Rural Brasil é uma rede de lojas especializada na distribuição de insumos agrícolas e atualmente conta com 26 lojas localizadas nos estados do Pará, do Mato Grosso, de Goiás, de Tocantins e do Maranhão.



FOTO 8 – ESTABELECIMENTO DE COMPRA E VENDA DE GADO LOCALIZADO NA AVENIDA ARAGUAIA: o escritório é gerenciado por Márcio Juarez Gomes, que trabalha nesse ramo há mais de 35 anos e negocia com fazendas em várias cidades além de Redenção, como Santana do Araguaia, Rio Maria, Pau D'arco e São Félix do Xingu.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, fevereiro de 2020.



FOTO 9 – LOJA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS LOCALIZADA NA AVENIDA ARAGUAIA: durante visita ao estabelecimento, um funcionário administrativo relatou que a loja AgroBoi foi vendida para a AgroAmazônia Produtos Agropecuários Ltda., empresa que em 2015 se tornou subsidiária do grupo japonês Sumitomo Corporation.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, junho de 2019.



FOTO 10 – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA BRA AGROQUÍMICA: laboratório que fabrica defensivos agrícolas, com sede localizada em Piracicaba (SP). Em Redenção, funciona a única filial da empresa que fornece herbicidas para pastagem a toda a região.

Foto: Thamiris de Oliveira Santos, dezembro de 2019.



FOTO 11 – FILIAL DA LOJA CASA DO ADUBO: inaugurada em 2019, a loja de Redenção é uma das 27 filiais que existem no País. A decisão de abrir essa filial na cidade deu-se após uma pesquisa de mercado que apontou a cidade como lugar promissor de vendas de insumos agropecuários, de acordo com o vendedor abordado durante trabalho de campo.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, janeiro de 2020.

Algo em comum relatado pelos trabalhadores das lojas durante o trabalho de campo foi a motivação para a abertura dos comércios voltados à agricultura e à pecuária. De forma majoritária, o potencial para a expansão agropecuária na região foi o fator preponderante para a instalação dessas lojas na cidade. Historicamente, a pecuária de corte é o ramo mais desenvolvido. Tal questão é possível de ser visualizada a partir dos dados do efetivo de rebanho da mesorregião sudeste paraense, entre 2013 e 2018 (Tabela 2). Além disso, mais recentemente, a soja e o milho vêm se expandindo na região; fato relatado, inclusive, pelos atendentes das lojas visitadas (Tabela 3).

Cabe destacar que, como demonstrado, esse crescimento da soja na região insere cada vez mais o sudeste paraense²³ em um circuito global de commodities de origem agrícola. O crescimento da lavoura de soja nessa porção do estado também se relaciona ao fator natural, pois vários municípios, incluindo Redenção, fazem parte da zona de transição entre o bioma amazônico e o cerrado, área do País na qual a agropecuária já é muito presente. Dado o avanço da sojicultura, demandas específicas tendem a surgir, pois, conforme afirma Elias (2011, p. 157), “cada *commodity* possui suas próprias exigências de insumos químicos, serviços, força de trabalho, tecnologia, capital, maquinário etc., o que resulta em arranjos territoriais produtivos distintos”. Essa demanda implica também na existência de eventos específicos para aquele segmento do agronegócio.

Nesse sentido, o “Dia de Campo” (Foto 12) é um evento anual que ocorre desde 2017 com o intuito de apresentar as inovações relacionadas à demanda por tecnologia e ciência na sojicultura. Ademais, outro evento que faz parte do calendário redencense é a exposição agropecuária nomeada “Expo Polo Carajás”, que chega a sua 25ª edição neste ano de 2020 e que ocorre no início do mês de junho, contando com apoio da iniciativa privada e pública. O evento funciona como vitrine para o agronegócio regional, com a realização de palestras, apresentação de produtos e investimentos em negócios. Além disso, também compõe a agenda cultural da cidade, com a cavalgada na abertura da semana da exposição, além de shows de bandas e duplas sertanejas (Fotos 13 e 14).

²³ Além do interesse privado de cultivar soja nessa sub-região, o Estado brasileiro, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), também exerceu protagonismo no avanço desse cultivo, produzindo estudos específicos sobre melhoramento genético e adaptação de variedades de soja no solo da chamada Amazônia oriental (EMBRAPA, 1999).

Tabela 2 – Sudeste paraense: efetivo de rebanho (cabeça) entre 2013 e 2018

Local	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pará	19.165.028	19.911.217	20.271.618	20.476.783	20.585.367	20.628.651
Abel Figueiredo	54.531	57.517	54.195	45.934	46.364	45.025
Água Azul do Norte	564.582	585.400	590.693	620.683	643.946	651.004
Bannach	193.334	240.905	231.288	240.080	258.244	248.230
Bom Jesus do Tocantins	184.630	183.657	187.307	194.002	202.037	205.849
Brejo Grande do Araguaia	76.000	82.000	89.000	109.265	104.940	104.848
Breu Branco	155.698	161.663	153.350	151.332	160.300	152.371
Canaã dos Carajás	190.000	200.000	205.000	225.289	212.903	221.436
Conceição do Araguaia	307.069	313.561	301.103	288.677	279.313	269.546
Cumarú do Norte	821.185	743.174	772.554	808.396	846.495	807.787
Curionópolis	262.000	270.000	265.000	264.446	256.321	253.445
Dom Eliseu	102.064	90.765	88.426	66.838	57.562	58.727
Eldorado do Carajás	220.000	266.000	300.000	321.322	339.704	317.482
Floresta do Araguaia	168.494	182.039	186.621	180.742	183.236	176.557
Goianésia do Pará	236.237	260.724	250.730	247.493	180.000	226.500
Itupiranga	315.000	378.000	562.275	562.280	584.217	560.182
Jacundá	178.000	186.413	171.868	172.860	172.363	167.041
Marabá	705.000	900.000	1.070.400	1.072.999	1.025.124	1.033.749
Nova Ipixuna	80.000	84.000	90.000	108.109	115.763	106.262
Novo Repartimento	855.319	959.056	930.123	970.262	900.000	970.837
Ourilândia do Norte	187.148	191.441	181.074	186.959	204.229	192.522
Palestina do Pará	45.000	58.000	63.000	85.368	52.070	41.801
Paragominas	347.322	348.652	342.000	302.465	301.720	276.131
Parauapebas	119.000	110.000	105.000	105.729	119.800	110.642
Pau D'Arco	122.538	122.883	125.654	113.717	114.423	117.555
Piçarra	338.037	347.322	369.301	378.248	396.344	382.521
Redenção	257.915	279.554	294.355	280.700	280.022	278.547
Rio Maria	332.038	361.260	361.702	370.700	394.932	401.361
Rondon do Pará	347.978	365.086	363.814	336.254	340.539	331.090
Santa Maria das Barreiras	498.664	544.541	597.906	627.470	619.036	614.686
Santana do Araguaia	663.655	613.911	564.445	566.729	551.737	558.402

Local	2013	2014	2015	2016	2017	2018
S. Domingos do Araguaia	120.000	145.000	150.000	173.736	170.220	162.368
São Félix do Xingu	2.282.445	2.213.310	2.222.949	2.200.338	2.240.496	2.256.734
São Geraldo do Araguaia	350.000	395.000	375.000	389.309	398.801	353.876
São João do Araguaia	49.500	52.000	56.500	78.438	93.084	80.304
Sapucaia	125.384	143.140	152.077	152.654	156.093	155.754
Tucumã	282.064	283.818	284.593	305.524	329.551	332.269
Tucuruí	63.700	65.525	69.798	71.527	70.820	72.657
Ulianópolis	68.468	69.042	67.508	63.731	59.758	54.318
Xinguara	483.189	492.104	515.987	507.292	530.118	500.770

Fonte: adaptado de SEDAP (2020a).

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, 2020.

Tabela 3 – Sudeste paraense: expansão da soja na região (área plantada ou destinada à colheita) entre 2013 e 2018

Unidade da Federação e municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pará	189746	243171	337056	433813	500385	557542
Abel Figueiredo (PA)	-	-	-	50	55	60
Água Azul do Norte (PA)	-	-	-	-	300	500
Bannach (PA)	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Tocantins (PA)	-	-	-	-	-	-
Brejo Grande do Araguaia (PA)	-	-	-	-	-	-
Breu Branco (PA)	-	-	-	-	-	-
Canaã dos Carajás (PA)	-	-	-	-	-	-
Conceição do Araguaia (PA)	400	1200	745	880	1110	2338
Cumaru do Norte (PA)	4000	6000	7800	15000	13053	10252
Curionópolis (PA)	-	-	-	-	-	-
Dom Eliseu (PA)	32000	32000	70000	70000	84000	88000
Eldorado do Carajás (PA)	-	-	-	-	-	-
Floresta do Araguaia (PA)	1200	1250	2500	3500	3808	3200
Goianésia do Pará (PA)	-	-	-	-	150	-
Itupiranga (PA)	-	-	-	-	-	-
Jacundá (PA)	-	-	-	-	-	-
Marabá (PA)	500	500	-	500	500	500
Nova Ipixuna (PA)	-	-	-	-	-	-
Novo Repartimento (PA)	-	-	-	-	-	-
Ourilândia do Norte (PA)	-	-	-	-	-	-
Palestina do Pará (PA)	-	-	-	-	-	-
Paragominas (PA)	42000	42000	95000	102163	122035	155000
Parauapebas (PA)	600	600	600	600	600	10
Pau D'Arco (PA)	-	-	-	500	500	-
Piçarra (PA)	-	-	-	-	-	-
Redenção (PA)	1040	1160	2040	4358	5005	5248
Rio Maria (PA)	-	400	430	400	500	460
Rondon do Pará (PA)	12000	12000	12000	40000	48000	50000
Santa Maria das Barreiras (PA)	5520	7000	10800	13860	23621	32000
Santana do Araguaia (PA)	32100	60000	50000	67000	66541	72000

Unidade da Federação e municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018
São Félix do Xingu (PA)	-	-	-	-	-	500
São Geraldo do Araguaia (PA)	-	-	-	-	-	-
São João do Araguaia (PA)	-	-	-	1000	400	400
Sapucaia (PA)	-	-	-	-	-	-
Tucumã (PA)	-	-	-	-	-	47
Tucuruí (PA)	-	-	-	-	-	-
Ulianópolis (PA)	24466	32189	32189	46000	48500	60000
Xinguara (PA)	19	-	-	-	-	-

Fonte: adaptado de SEDAP (2020b).

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, 2020.



FOTO 12 – DIA DE CAMPO NA FAZENDA SANTA ANA: ao longo do evento ocorreram palestras, demonstração de produtos, apresentação de máquinas e contou com a participação de várias lojas e empresas que trabalham com pesquisas relacionadas ao melhoramento da sojicultura.

Foto: Thamiris de Oliveira Santos, fevereiro de 2020.



FOTO 13 – DIA DA CAVALGADA: a cavalgada é um dos principais acontecimentos culturais da cidade, no evento que abre a semana de exposição agropecuária, os grupos chamados de comitiva desfilam com roupas características do trabalho rural pelo centro da cidade.

Foto: Thamiris de Oliveira Santos, junho de 2019.



FOTO 14 – CARTAZ ANUNCIANDO AS ATRAÇÕES MUSICAIS DA 25ª EXPO POLO CARAJÁS: as atrações que se apresentam na exposição são representativas da esfera do agribusiness. Durante a noite, os redencenses frequentam, a caráter, o espaço da exposição. Os preços dos ingressos para os shows variam de acordo com o lote e uma das noites de atração é gratuita.
Foto: PREFEITURA... (2020).

Em Redenção, a soja tem representado importante produto da pauta de exportação, sendo 2017 um ano bastante representativo disso, uma vez que, naquele ano, de acordo com os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (ALVES, 2019), a exportação do grão representou 59% do total exportado, seguido pelo milho (12%) e carnes (11%). Ademais, o crescimento da lavoura, em comparação com a criação bovina, tem impulsionado a abertura de novos empreendimentos direcionados a essa produção, a exemplo da Casa da Irrigação (Foto 15).

A produção de *commodities* faz com que Redenção esteja inserida cada vez mais em uma lógica de produção modernizada, como apontam Beckmann e Santana (2019), ao apresentarem o Índice de Modernização Agrícola (IMA), composto pelos seguintes fatores: a) fator produtivo – composto pelas variáveis de número de tratores, educação e valores de investimentos; b) técnicas agrícolas tradicionais e de baixo impacto ambiental – agrupando as variáveis de número de estabelecimentos com uso de irrigação, estabelecimento com cultivo convencional e estabelecimento com cultivo mínimo; c) técnicas de agricultura moderna – composto pelas variáveis de números de estabelecimentos que realizam plantio direto na palha, estabelecimento com agricultura orgânica e, por último, métodos e alternativas de produção de menor impacto ambiental. Ainda de acordo com os autores, apenas Redenção²⁴ e Parauapebas contam com um IMA intermediário, ao passo que as demais localidades apresentam índices baixos.

²⁴ De acordo com Beckmann e Santana (2019), Redenção apresentou seu Índice de Modernização Agrícola (IMA) em 0,52 devido a combinação dos seguintes elementos: se tratando de técnicas de agricultura moderna e fator de produção apresentou avaliação positiva, no quesito técnicas agrícolas tradicionais e de baixo impacto ambiental a classificação foi negativa. Todavia, os autores deixam clara a necessidade de que tal modernização agrícola não cesse e caminhe para um uso mais sustentável do solo, haja vista a necessidade de preservação dos recursos existentes.



FOTO 15 – CASA DA IRRIGAÇÃO: o estabelecimento foi inaugurado em fevereiro de 2020, durante o processo de finalização do presente trabalho, e expressa o potencial de expansão da sojicultura na região.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, março de 2020.

4.3 Elementos caracterizadores da condição de cidade média em face do espaço regional e sub-regional

O processo de crescimento da cidade de Redenção está vinculado à urbanização difusa (TRINDADE JÚNIOR, 2015) e à expansão da fronteira econômica (BECKER, 1990), contexto este em que a rede urbana apresenta-se de maneira menos rígida em sua hierarquia, com o surgimento de núcleos que possuem as características de cidades intermediárias ou que assumem a função de “nós” de fluxos necessários ao atendimento de demandas existentes.

Nesse sentido, Redenção configura-se como uma cidade média para o agronegócio, um centro fornecedor de comércios, serviços e fluxos, voltados à atividade do agronegócio regional, como lojas de defensivos agrícolas, escritórios de serviços de georreferenciamento e bancos públicos e privados que possuem linhas de crédito específicas para o agronegócio.

Relacionado a esse entendimento, é necessário destacar as colocações de Elias (2012) a respeito das RPAs para auxiliar na abordagem sobre as novas relações entre cidade e região. Para a autora mencionada, as RPAs são:

[...] os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, ou seja, os territórios produtivos do agronegócio, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio (ELIAS, 2012, p. 2, grifo da autora).

Outro ponto que precisa ser destacado é que as RPAs surgem em subespaços cujas respectivas inserções no mercado do agronegócio são relativamente recentes, como, por exemplo, a Região Norte do País (ELIAS, 2017). Nas RPAs, as escalas internacional, nacional, regional e local se articulam, haja vista que o agronegócio trabalha principalmente em função de demandas distantes da região onde se instala. É também por conta desse entrelaçamento de escalas que as cidades médias desempenham funções importantes dentro de uma RPA.

Nas RPAs as cidades exercem papéis altamente funcionais para o agronegócio, mostrando uma hegemonia das funções inerentes às redes dessa atividade, em detrimento de outras atividades urbanas, tornando-se, assim, cidades do agronegócio (ELIAS, 2005). Estas cidades não fazem parte de um ambiente

metropolitano, a exemplo de Redenção. São principalmente pequenas ou médias cidades, funcionam como bases logísticas para o agronegócio e, também, como difusoras de uma psicofera (SANTOS, [1996] 2017) do *agrobusiness*²⁵, o que não exclui os hábitos metropolitanos, uma vez que esses núcleos urbanos estão diretamente relacionados aos fluxos ligados ao interesse do capital extrarregional.

Cabe ressaltar que as cidades do agronegócio são produtos de transformações ocorridas a partir da modernização das práticas agropecuárias. Elias (2005) mostra que, na atualidade, as atividades no campo tornam-se cada vez mais dependentes do meio técnico-científico informacional. Para Santos ([1996] 2017), esse meio constitui-se o atual momento em que o funcionamento, utilização e produção do espaço estão fortemente dependentes da ciência, da técnica e da informação, sendo também proporcionado, de certo modo, pela integração das atividades agrícolas aos circuitos da economia urbana; fato este que permite que as cidades se tornem verdadeiros centros de fornecimento de serviços e comércios para o campo modernizado.

Desse modo, nas RPAs, a dicotomia entre cidade e campo torna-se relativizada, sendo a ideia de complementação entre os espaços algo que consegue mais importância para quem quer entender essas cidades (ELIAS, 2011). Em síntese, Elias (2011) aponta que:

[...] a cidade do agronegócio é uma nova tipologia de cidade. Essa seria mais perceptível especialmente nos lugares de reserva recentemente inseridos à produção e ao consumo modernos, nos quais se realiza uma gama complexa de fluxos associados ao circuito superior da economia agrária. Seriam cidades em regiões agrárias que vêm enriquecendo, que conhecem uma dinâmica econômica recente que gera nova riqueza. A cidade do agronegócio polariza amplo espaço agrário dinâmico, é um centro urbano que organiza esse espaço. Em outras palavras, a cidade do agronegócio está inserida em Regiões Produtivas Agrícolas na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos, e configura um lugar central de uma Região Produtiva Agrícola, parte integrante das redes agroindustriais, reflexo, meio e condição para o funcionamento dessas (ELIAS, 2011, p. 10).

²⁵ Para Santos ([1996] 2017), a psicofera é a dimensão psíquica da produção material. Em outras palavras, é a esfera na qual damos sentidos às nossas ações, construímos nossas ideias e assimilamos comportamentos. Seguindo essa perspectiva, quando falamos sobre psicofera do *agribusiness*, estamos nos referindo aos hábitos urbanos dessas cidades, os quais são permeados por práticas interligadas ao agronegócio. Os ambientes de lazer e entretenimento tocam músicas estilizadas relacionadas ao modo de vida do campo, como sertanejo e forró, por exemplo. Além disso, é comum vermos pessoas vestidas com roupas no estilo *country*, assim como pessoas andando a cavalo no centro da cidade. Concomitante a isso, um modo de vida metropolitano também se instala em Redenção, por meio do hábito de ir ao cinema, da existência de franquias de *fast-food*, lojas de roupas de grifes famosas etc., que existem em razão do volume e da circulação de dinheiro gerado pelas atividades agropecuárias que são realizadas no entorno da cidade.

Nessa perspectiva, Redenção pode ser entendida como uma cidade média²⁶ do agronegócio, no contexto da RPA, composta pelos seguintes municípios: Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Bannach, Santana do Araguaia, Xinguara, Sapucaia e Pau D'arco. A princípio, esse recorte ocorre pela proximidade que estes municípios possuem com Redenção, se comparada à distância dos mesmos em relação a Marabá. Os formulários aplicados durante o trabalho de campo realizado em 2019 e 2020 junto a informantes que atuam nos comércios de implementos agropecuários, apontaram como resultado que o público atendido é oriundo, principalmente, dos municípios citados; além do mais, são espaços onde a agropecuária está em franca expansão, conforme apresentado nas tabelas 2 e 3. Entretanto, devemos salientar que esse recorte espacial é preliminar, pois Elias (2017) adverte que, devido às constantes mudanças pelas quais uma RPA pode passar, é difícil estipular seus limites.

No que concerne à classificação de cidade média, Redenção é entendida como um centro sub-regional A, que está iniciando o processo de estruturação de sua própria rede (IBGE, 2020). Redenção apresenta destaque sub-regional quanto à procura por comércios e serviços diversos, quais sejam, compra de eletrodomésticos, móveis, ensino superior presencial e à distância, tratamentos de saúde e serviços bancários (IBGE, 2020).

Sobre serviços financeiros, a cidade possui agências de importantes bancos nacionais, internacionais e regionais, quais sejam: o Banco da Amazônia, o Bradesco, o Banco do Estado do Pará (Banpará), o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Santander (Foto 16), o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Banco Itaú. Todas essas instituições bancárias possuem linhas de crédito voltadas para a atividade agropecuária regional. O Quadro 3 apresenta algumas características das instituições existentes na cidade.

²⁶ Cabe mencionar que Tourinho (2011), a propósito das estruturas urbanas de cidades médias amazônicas, apresenta Redenção como uma cidade média, reconhecendo a importância do agronegócio para esse núcleo urbano. Todavia, sua análise não tem por foco a influência dessa atividade na centralidade de Redenção no contexto da rede urbana. A classificação do IBGE (2008), adotada pela autora, posiciona a cidade como centro sub-regional A, constituindo-se como um centro urbano com funções de gestão pouco complexas, com relevância para a rede urbana na qual se insere, e relações com as três metrópoles nacionais, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Quadro 3 – Redenção-PA: instituições financeiras localizadas na cidade

Banco	Principais serviços oferecidos	Financiamentos	Nº de agências na cidade	Localização da matriz
Banco da Amazônia	Abertura de contas; Cartão de crédito.	Financiamento para veículos; Financiamento agrícola: agronegócio e agricultura familiar.	1	Belém-PA
Banco do Brasil	Abertura de contas; Capitalização; Consórcio e Seguros; cartões; Empréstimos; viagens.	Financiamento imobiliário; Financiamento de veículos; Financiamento estudantil; Financiamento para o agronegócio	1	Brasília- DF
Bradesco	Abertura de contas; Cartão de crédito; Créditos ao cliente; Seguros.	Financiamento imobiliário; Financiamento de veículos	1	Osasco-SP
Banco do Estado do Pará	Abertura de contas; Cartão de crédito; Capitalização; Empréstimos	Crédito Rural; Custeio Agrícola; financiamento de máquinas e equipamentos; microcrédito.	1	Belém-PA
Caixa Econômica Federal	Abertura de contas; Cartão de crédito; Capitalização; Consórcios; Seguros; Empréstimo pessoal; Capitalização; Penhor; Previdências.	Financiamento habitacional; Financiamento de veículos;	1	Brasília-DF
Banco Itaú	Abertura de contas; Cartão de crédito; Créditos pessoais ao cliente; seguros;	Financiamento imobiliário; Financiamento de veículos;	1	São Paulo-SP
Banco Santander	Atendimento especializado ao produtor rural	Financiamento para o agronegócio (Loja Agro)	1	Sede nacional: Curitiba-PR
Sistema de Crédito cooperativo	Abertura de conta; cartão de crédito	Financiamento agropecuário	1	Porto Alegre-RS

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, a partir de informações coletadas em trabalho de campo realizado em Redenção-PA, em março de 2020.



FOTO 16 – LOJA AGRO: existente nas regiões do País que vêm se destacando pelo avanço do agronegócio; uma modalidade de agência do Banco Santander que possui atendimento com gerentes especializados e assessoria de agrônomos e que, em Redenção, foi inaugurada em 2017.

Foto: Thamiris de Oliveira Santos, março de 2020.

A cidade conta, ainda, com vários estabelecimentos de ensino superior e tecnológico, sendo 2 instituições públicas – a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – e 10 instituições privadas, a saber: a Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (FESAR), a Faculdade Integrada Carajás (FIC), a Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), a Faculdade de Ensino Superior do Sul do Pará (FESSULPA), o Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN), as Faculdades Integradas Norte do Paraná (UNOPAR), o Centro Universitário Internacional (UNINTER), o Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), a Universidade Brasil e a Universidade Paulista (UNIP). O Quadro 4 lista os cursos ofertados por cada uma das mencionadas instituições de ensino superior e tecnológico.

Quadro 4 – Redenção-PA: cursos ofertados pelas instituições de nível superior e tecnológico localizadas na cidade

Instituições	Cursos ofertados
Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (FESAR)	Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Medicina, Serviço Social e Zootecnia
Faculdade Integrada Carajás (FIC)	Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição e Odontologia
Faculdade Educacional da Lapa (FAEL)	Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências contábeis, Educação Física, Engenharia de Produção, Formação Pedagógica Docente em Geografia, História, Letras, Matemática ou Pedagogia, Geografia, Gestão ambiental, Gestão Comercial, Gestão de Produção Logística, Gestão de Qualidade Logística, Gestão da Tecnologia de Informação, Gestão de E-Commerce, Gestão de Marketing, Gestão de Pequenas e Médias empresas, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Trânsito, Gestão e Desenvolvimento do Agronegócio, Gestão e Organização de Cooperativas, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, História, Letras Português, Espanhol ou Inglês, Logística, Marketing de Rede, Matemática, Pedagogia, Planejamento e Organização de Eventos, Processos Gerenciais, Serviço social e Segundas Licenciaturas
Faculdade de Ensino Superior do Sul do Pará (FESSULPA)	Administração e Educação Física
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)	Administração, Educação Física, Enfermagem e Pedagogia

<p>Faculdades Integradas Norte do Paraná (UNOPAR)</p>	<p>Administração, Agronomia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Educação Física, Embelezamento e Imagem pessoal, Empreendedorismo, Enfermagem e Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Estética e Cosmética, Farmácia, Filosofia, Fisioterapia, Geografia, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão de Produção Industrial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Turismo, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, História, Letras Português- Espanhol ou Inglês, Logística, Marketing, Marketing Digital, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Segurança Pública, Serviço Social, Serviços Jurídicos, Cartoriais e Notariais, Sociologia e Teologia</p>
<p>Centro Universitário Internacional (UNINTER)</p>	<p>Administração, Administração pública, Artes Visuais, Ciência de Dados, Ciência Política, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Educação Física, Educação Especial, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Filosofia, Física, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Relações internacionais, Pedagogia, Psicopedagogia, Publicidade e Propaganda, Química, Serviço Social, Sociologia, Teologia Bíblica Interconfessional, Teologia Católica e mais 48 cursos tecnológicos</p>
<p>Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)</p>	<p>Administração, Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Artes Visuais (Licenciatura), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Design de Interiores, Design de Moda, Design de Produto, Educação Física (Bacharelado), Empreendedorismo, Engenharia de Produção, Engenharia de Software, Filosofia (Licenciatura), Gastronomia, Geografia, Geografia (Licenciatura), Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão da Qualidade, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão das Organizações do Terceiro Setor, Gestão de Cooperativas, Gestão de Lojas e Pontos de Venda, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Segurança Privada, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, História (Licenciatura), Letras-Português/Inglês, Logística, Marketing, Matemática, Negócios Imobiliários, Pedagogia, Pedagogia (Licenciatura), Processos Gerenciais, Produção Cervejeira, Psicopedagogia, Secretariado, Segurança Alimentar, Segurança no Trabalho, Serviço Social, Sistemas para Internet, Sociologia (Licenciatura) e Teologia</p>

Universidade Brasil	Administração, Agronegócio, Ciências Contábeis, Educação Física, Engenharia Civil, Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Pública, História, Letras, Língua Portuguesa, Logística, Marketing, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Processos Gerenciais, Segurança Pública, Serviços Jurídicos, Sistemas de Informação e Teologia
Universidade Paulista (UNIP)	Administração, Artes Visuais, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Química, Relações Internacionais, Sociologia e Serviço Social
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Engenharia de Produção, Licenciatura em Ciências Naturais, Tecnologia de Alimentos e Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Engenharia Civil

Fonte: FESSULPA (2020), FESAR (2020), FIC (2020), FAEL (2020), UEPA (2020), UNIFESSPA (2020), UNIP (2020), UNIVERSIDADE BRASIL (2020), UNINTER (2020), UNICESUMAR (2020), UNOPAR (2020) e UNIPLAN (2020).

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, março de 2020.

Entre os cursos disponíveis, sobretudo os ofertados pelas instituições privadas, vários funcionam na sua integralidade de forma *online* e semipresencial, sendo somente a FESAR, a FIC, a FESSULPA, a UEPA e a UNIFESSPA que possuem todos os cursos integralmente presenciais.

A existência de doze instituições voltadas para o ensino superior e tecnológico demonstra Redenção como uma cidade de referência na oferta de educação universitária, haja vista que muitas pessoas vêm de outras cidades da região a procura dos cursos. Recentemente instalada, a UNIFESSPA oferta o curso de Engenharia Civil e tem perspectiva de inaugurar mais dois cursos (Arquitetura e Matemática) e mais um campus da instituição na cidade, o que reforçará seu papel no fornecimento de serviços educacionais para o sudeste do Pará (FORMA..., 2020).

O Quadro 5 mostra a presença significativa na cidade de concessionárias de carros e máquinas agrícolas (Fotos 16 e 17), que trabalham com venda de novos, seminovos e serviços de atendimento pós-venda.

Quadro 5 – Cidade de Redenção-PA: concessionárias de automóveis e máquinas agrícolas instaladas

Concessionárias	Ano de instalação	Localização da sede	Marca que representa	Centro de distribuição	Financiamento, linha de crédito ou descontos para produtor agropecuário	Nº. de empregados
Automóveis						
Juary Automóveis	1992	Redenção-PA	Chevrolet	São José dos Campos-SP, Gravataí-RS	Desconto de fábrica para carros utilitários e de passeio	35
Marcovel	2003	Redenção-PA	Mitsubishi	Catalão-GO	Desconto de fábrica para carros utilitários	20
NB Automóveis	1989	Redenção-PA	Volkswagen	São José dos Pinhais-PR, Brasília-DF, Anchieta-SP, Pacheco-Argentina	Desconto de fábrica para carros utilitários e de passeio	15
Umuarama	2013	Araguaína-TO	Fiat	Betim-MG, Nova Goiana-PE	Desconto de fábrica para carros utilitários	32
Máquinas						
Agrinorte	2007	Paragominas-PA	John Deere	Montenegro-RS, Horizontina-RS, Catalão-GO, Campinas-SP	Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e financiamentos pelo Banco John Deere, Santander, Bradesco, Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Brasil	23
REIMAC	1980	Redenção-PA	New Holland	Sorocaba-SP, Curitiba-PR	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e financiamento pelo Banco CNH	29

Elaboração: Thamiris de Oliveira Santos, a partir de trabalhos de campo realizados em Redenção-PA nos meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020.



FOTO 17 – CONCESSIONÁRIA AGRINORTE: localizada na Avenida Brasil, comercializa tratores, plantadeiras, pulverizadores e implementos agrícolas necessários à pecuária e à lavoura.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, janeiro de 2020.



FOTO 18 – CONCESSIONÁRIA REIMAC: a loja, que pertence ao atual prefeito da cidade, Sr. Carlo Lavé, além da venda de máquinas, fornece serviços de manutenção e de garantia.
Foto: Thamiris de Oliveira Santos, janeiro de 2020.

Nas informações levantadas em trabalho de campo, constatou-se que todas as concessionárias de automóveis possuem descontos específicos que atendem ao produtor rural. A Juary Automóveis repassa os descontos de fábrica para o preço final, sendo estes descontos estabelecidos conforme o modelo escolhido pelo produtor. Em geral, os carros utilitários são os que recebem os maiores descontos. A NB Automóveis também trabalha com o mesmo sistema de desconto diferenciado para cada modelo, sendo os modelos Saveiro e Amarok aqueles com maiores porcentagens de desconto para os produtores rurais. As concessionárias Marcovel e Umuarama repassam os descontos de fábrica somente para os carros utilitários.

Para utilizar o desconto é necessário apresentar documento que comprove a posse da propriedade, como o Imposto Territorial Rural (ITR). As concessionárias atendem a um público que não se limita àquele da própria cidade de Redenção. Como levantado no trabalho de campo, outros núcleos urbanos também são atendidos, como os municípios de Xinguara, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Cumaru, Tucumã, Bannach, São Félix do Xingu, Sapucaia, Rio Maria, além de outros de fora do estado do Pará, como Couto Magalhães e Colmeia, no Tocantins, e Vila Rica e Confresa, no Mato Grosso.

Esse alcance denota a relevância que Redenção possui no cenário regional, expressando tanto a horizontalidade quanto as verticalidades das relações (SANTOS, [1996] 2017), pois os centros de montagem e distribuição dos automóveis ficam concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do País, ao passo que o modelo Amarok, da Volkswagen, é produzido em Pacheco, na Argentina. Como apresentado no Quadro 5, a cidade também possui concessionárias especializadas em serviços e na venda de máquinas agrícolas, como tratores, colheitadeiras, forrageiras e pulverizadores.

Considerando a função que Redenção exerce na rede urbana do sudeste paraense, é importante discutir alguns elementos que expressam como a dinâmica socioeconômica é afetada levando-se em conta o seu contexto de cidade média do agronegócio. Dessa maneira, a análise do Produto Interno Bruto (PIB), número de estabelecimentos comerciais, geração de emprego e renda são elementos que podemos utilizar como exemplos dos rebatimentos socioeconômicos existentes devido ao papel que a cidade exerce nessa sub-região.

Para entender melhor a dinâmica econômica de Redenção, utilizamos os dados de composição do PIB (IBGE, 2019b) e optamos por destacar os anos de

2002, 2010 e 2017 como representativos da dinâmica econômica ao longo de dezesseis anos.

Segundo o IBGE (2019b), no ano de 2002, a agropecuária representava R\$25.427,21 do PIB do município de Redenção; a indústria contribuía com R\$110.645,22; o setor de serviços, com R\$112.603,23 e o setor público, com R\$56.229,74. No intervalo de tempo entre 2002 e 2010, somente em 2008 ocorreram oscilações significativas nos setores da economia, tendo apenas os setores de serviços e público apresentado aumentos notáveis. Ademais, entre 2002 e 2010, todos os setores incrementaram suas contribuições para o PIB, com exceção da indústria, como poderemos ver adiante.

No ano de 2010, a composição do PIB de Redenção em valores brutos contava com a contribuição de R\$44.040,52 oriundos da agropecuária; R\$104.242,10 da indústria; R\$386.979,37 do setor de serviços; R\$134.084,01 do setor público. Já no ano de 2017, a agricultura contribuía com R\$109.397,52; a indústria com R\$217.863,12; os serviços com R\$857.716,91; o setor público com R\$295.484,56 (Tabela 4).

Tabela 4 – Município de Redenção: composição do PIB entre os anos de 2002 e 2017

Ano	Agropecuária	Indústria	Setor de serviços	Setor público
2002	25.427,21	110.645,22	112.603,23	56.229,74
2003	30.692,13	102.111,10	122.744,78	63.589,12
2004	36.330,79	109.146,92	170.400,93	71.625,28
2005	44.024,66	99.868,29	192.551	73.187,01
2006	43.175,23	125.591,63	228.283,40	78.697,39
2007	34.537,81	127.960,81	321.575,03	83.321,52
2008	35.625,58	112.936,37	344.201,02	96.318,05
2009	37.592,26	103.354,35	378.569,10	113.694,68
2010	44.040,52	104.242,10	386.979,37	134.084,01
2011	63.758,70	101.718,35	436.572,06	161.363,67
2012	65.958,91	65.730,95	538.712,77	178.924,07
2013	78.152,86	136.527,25	543.764,71	204.236,96
2014	83.621,93	181.202,97	675.256,78	215.110,90
2015	118.973,13	203.906,84	715.972,94	242.207,06
2016	121.871,73	199.436,04	834.737,03	278.157,91
2017	109.397,52	217.863,12	857.716,91	295.484,56
Total geral	973.180,96	2.102.242,29	6.860.641,28	2.346.231,92

Fonte: IBGE (2019b). Organização: Diogo Mendes e Thamiris de Oliveira Santos, 2019.

Entre os anos de 2002 a 2017, o setor que mais contribuiu para o PIB foi o de serviços (compreende as atividades de telecomunicação, comércio, transporte, hotelaria, serviços financeiros etc.), com toda a arrecadação dos 16 anos atingindo a cifra de R\$6.860.641,28; em segundo lugar, o setor público (composto pelas remunerações, seguridade social, educação, saúde, defesa etc.), com R\$2.346.231,92; em terceiro, o setor industrial, com R\$2.102.242,29; e em quarto, o setor agropecuário, com R\$973.180,96. Outro elemento importante a ser notado é que em quase todos os anos do intervalo de tempo analisado, o setor público contribuiu com o dobro de valor arrecadado pelo setor agropecuário.

O setor público é responsável por significativa geração de emprego na cidade, por importante arrecadação de impostos e por programas de transferência de renda, como aposentadorias e o Programa Bolsa Família. Em se tratando de emprego, a administração pública gerou 2.595 postos de trabalho em cada ano entre 2010 e 2018 (MTE, 2020). Quanto ao Bolsa Família, o valor total transferido às famílias, desde o início do Programa, oscilou entre R\$ 265.916,00 em 2004, e o maior valor total até então, R\$ 1.058.524,00 (SAGI, 2020), conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Município de Redenção: quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (2004-2020)

Referência	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Valor total pago às famílias por meio do Programa Bolsa Família
dez/04	4.401	R\$ 265.916,00
dez/05	5.365	R\$ 314.114,00
dez/06	5.674	R\$ 342.021,00
dez/07	5.372	R\$ 404.986,00
dez/08	5.169	R\$ 454.475,00
dez/09	5.465	R\$ 553.611,00
dez/10	6.034	R\$ 620.423,00
dez/11	6.262	R\$ 791.384,00
dez/12	6.350	R\$ 848.676,00
dez/13	6.502	R\$ 881.940,00
dez/14	6.160	R\$ 953.513,00
dez/15	5.818	R\$ 839.127,00
dez/16	5.853	R\$ 910.386,00
dez/17	5.481	R\$ 894.396,00
dez/18	5.921	R\$ 1.058.524,00
dez/19	5.389	R\$ 1.000.670,00
mar/20	5.254	R\$ 975.357,00

Fonte: SAGI (2020).

Organização: Diogo Mendes e Thamiris de Oliveira Santos, 2020.

Sobre a contribuição do setor privado para o PIB, os setores de comércio e serviços são os que mais têm gerado empregos em Redenção nos últimos anos. Ao

longo do recorte temporal de 2010 a 2018, o processo de mecanização do campo pode ter sido o responsável pela baixa quantidade de pessoas empregadas formalmente nas atividades e pelo crescimento da contribuição do setor de serviços no PIB e na geração de empregos formais na referida área.

Atualmente, por exemplo, para realizar o processo de pulverização de herbicidas, e colheita de uma área de sojicultora, são necessárias apenas as pessoas especializadas em operar as pulverizadoras e colheitadeiras, que chegam a custar milhões de reais. Em outras palavras, apesar da modernização do campo ser algo tão bem visto pelos grandes produtores, aos poucos esse processo de mecanização vem causando um desemprego estrutural na cidade, e não somente nela. Em contrapartida, o setor de comércio e serviços tem crescido tanto em número de estabelecimentos como de trabalhadores, conforme apontam as Tabelas 6 e 7.

Tabela 6 – Município de Redenção: número de estabelecimentos por setor produtivo e por ano no período de 2010 a 2018

Setor	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Indústria	66	61	68	82	102	111	116	107	99
Construção civil	37	71	53	73	93	71	80	65	46
Comércio	488	497	531	556	615	619	648	640	629
Serviços	235	249	298	309	349	376	389	405	425
Agropecuária	155	157	163	175	190	216	206	198	178
Total	981	1.035	1.113	1.195	1.349	1.393	1.439	1.415	1.377

Fonte: MTE (2020).

Organização: Diogo Mendes e Thamiris de Oliveira Santos, 2020.

Tabela 7 – Município de Redenção: distribuição dos vínculos empregatícios ativos por grande setor em 31/12 no período de 2010 a 2018

Setor	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agropecuária	726	721	737	719	848	925	835	824	750
Comércio	3.268	3.602	4.026	4.351	4.795	4.806	4.589	4.516	4.425
Construção civil	728	712	737	1.140	1.327	587	955	1.264	596
Indústria	902	713	895	1.067	1.237	1.319	1.355	1.347	1.433
Serviços	5.020	5.346	5.760	6.299	6.194	5.116	5.087	4.768	5.218
Total	10.644	11.094	12.155	13.576	14.401	12.753	12.821	12.719	12.422

Fonte: MTE (2020).

Organização: Diogo Mendes e Thamiris de Oliveira Santos, 2020.

A concentração do comércio e dos serviços na cidade é traduzida na quantidade de pessoas que trabalham nesses setores da economia, como

demonstrado na Tabela 7, tomando por base os anos entre 2010 até 2018. Seguindo esta mesma perspectiva, utilizando como exemplo o ano de 2018, a tabela 8 apresenta as 10 principais ocupações realizadas no município de Redenção, os dados do MTE (2020) apontam uma crescente demanda para geração de ocupação nos setores de comércio e serviços em variadas funções como vendedor, professor, faxineiro e operador de caixa, enquanto isso, a função de trabalhador agropecuário ocupa somente a 10ª posição no ranking do ano de 2018. Porém, esta tendência na diminuição da ocupação na função de trabalhador agropecuário é algo que ocorre há alguns anos, de acordo com o MTE (2020).

Tabela 8 – Município de Redenção: dez principais ocupações no ano de 2018.

RANKING	OCUPAÇÃO	TOTAL (2018)	% (2018)	MÉDIA ANUAL
1	VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	843	3,3	705
2	AUXILIAR DE ESCRITORIO, EM GERAL	841	3,3	791
3	OPERADOR DE CAIXA	413	1,6	232
4	FAXINEIRO	406	1,6	96
5	MOTORISTA DE CAMINHAO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	348	1,4	258
6	PROFESSOR DE NIVEL SUPERIOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (PRIMEIRA A QUARTA SE	301	1,2	347
7	TECNICO DE ENFERMAGEM	290	1,1	224
8	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	284	1,1	142
9	COPEIRO	246	1,0	274
10	TRABALHADOR AGROPECUARIO EM GERAL	243	1,0	186
TOTAL - 10 MAIS		4.215	16,6	
TOTAL GERAL		25.438	100,0	

Fonte: MTE (2020).

Organização: Diogo Mendes e Thamiris Santos, 2020.

Como já mencionado anteriormente, esse movimento de realocação da população para outros setores da economia deve-se a alguns fatores, tais como: a) o processo de mecanização do campo, que diminui o contingente humano que trabalhava na atividade pecuária; b) a maior complexidade dos serviços exigidos pelo campo modernizado e que passam a ter a cidade como base de fornecimento, dessa maneira, a população que sai do campo é absorvida na cidade pelo setor terciário; e c) o crescimento considerável da demanda por serviços no espaço urbano, devido à complexidade que o processo de urbanização vem assumindo.

O crescimento desses dois setores traz rebatimentos na renda arrecadada da cidade por meio de vínculos remunerados, levando em consideração o salário

mínimo como parâmetro. A Tabela 9 apresenta a faixa de remuneração entre os anos de 2010 a 2018²⁷.

Tabela 9 – Município de Redenção-PA: faixa de remuneração média dos empregados com vínculo ativo no Município até o mês de dezembro entre 2010 a 2018

Faixa Remun. Média (SM)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até 0,50	18	13	16	44	48	32	50	43	42
0,51 a 1,00	1.733	1.438	1.194	1.163	1.606	1.121	883	971	997
1,01 a 1,50	3.976	4.046	4.856	5.431	5.231	4.695	5.041	4.749	4.779
1,51 a 2,00	1.900	2.058	2.413	2.770	2.947	2.880	2.768	2.885	2.790
2,01 a 3,00	1.628	1.854	1.933	2.331	2.423	2.173	2.143	2.222	2.027
3,01 a 4,00	584	628	657	755	886	704	775	714	676
4,01 a 5,00	311	416	455	501	536	366	395	453	452
5,01 a 7,00	286	351	340	311	406	463	438	357	341
7,01 a 10,00	96	163	133	122	141	124	124	105	129
10,01 a 15,00	31	41	59	42	46	34	45	43	46
15,01 a 20,00	13	11	12	10	10	15	18	19	7
Mais de 20,00	5	6	6	11	6	11	6	8	9
Total	10.644	11.094	12.155	13.576	14.401	12.753	12.821	12.719	12.422

Fonte: MTE (2020).

Organização: Diogo Mendes e Thamiris de Oliveira Santos, 2020.

Entre os anos de 2010 e 2018, a remuneração dos empregados formais concentrava-se entre a faixa de meio salário mínimo e a de três salários mínimos. Nesse intervalo, a faixa que mais concentrou trabalhadores foi a de um a um salário e meio. A partir de 3,01 até 20 salários mínimos, essa concentração diminuiu ao longo dos anos selecionados; isso mostra a desigualdade de renda presente na cidade e que se reflete na desigualdade socioespacial intraurbana, mostrada em capítulo anterior.

²⁷ Entre 2010 e 2018, o salário mínimo alcançava, em ordem cronológica, os seguintes valores: R\$510,00; R\$540,00; R\$622,00; R\$678,00; R\$724,00; R\$788,00; R\$880,00; R\$937,00; e R\$954,00.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por propósito analisar o papel que uma cidade exerce na produção do agronegócio na sub-região sudeste do estado do Pará e, especificamente, na Região de Produção Agrícola (RPA) composta pelos seguintes municípios: Redenção, Conceição do Araguaia, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Bannach, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Floresta do Araguaia, Xinguara, Água Azul do Norte, Sapucaia, Tucumã, Ourilândia do Norte e Pau D'arco.

Além disso, a pesquisa desenvolvida buscou identificar quais atividades urbanas eram realizadas com a intenção de atender às demandas regionais do agronegócio, bem como analisar quais eram as repercussões intraurbanas desse papel exercido por Redenção.

Após realizar, na introdução, uma exposição sobre os objetivos, problemática, objetivos, hipótese e procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, o trabalho apresenta a discussão teórica referente às cidades médias à luz da teoria da produção social do espaço. Assim, partiu-se da apresentação dos elementos gerais que caracterizam as cidades médias e que possibilitam a discussão sobre esses núcleos urbanos no Brasil (CASTELLO BRANCO, 2007; CORRÊA, 2007; MELAZZO, 2007, SPOSITO, 2007; SPOSITO *et al.*, 2007; TOURINHO, 2011).

Ainda no âmbito deste debate sobre as cidades médias, procurou-se considerar a dimensão do espaço vivido (STEINBERGER; BRUNA, 2001) e a questão da produtividade espacial nesses núcleos urbanos (ARROYO, 2006), a relação desses espaços com o agronegócio (ELIAS, 2006; ELIAS; PEQUENO, 2010) e, por fim, a centralidade exercida por esses importantes cidades (TRINDADE JÚNIOR; PEREIRA, 2007).

Outrossim, discutiu-se também a respeito das cidades médias na região amazônica, notadamente daquelas existentes na Amazônia oriental, como Marabá e seu papel enquanto núcleo estratégico para o avanço do capital na região sudeste do Pará (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2016); Santarém e os impactos da sojicultura na produção do seu espaço urbano (TRINDADE, 2015); e a realidade das populações tradicionais excluídas na cidade média de Altamira (CARDOSO, 2018).

Em seguida mostrou-se como se deu o processo de formação socioespacial do sudeste paraense, levando em consideração a lógica de expansão da

agropecuária na região, a transformação do referido espaço sub-regional em fronteira para o capital (BECKER, 1990, 2004) e a maneira pela qual o Estado brasileiro atuou neste processo (TOURINHO, 2011). Assim, mostrou-se que foi nesse contexto que ocorreu o processo de formação e dinamização da atual cidade de Redenção, partindo de interesses extralocais para a expansão do grande latifúndio.

Desde o início, com a concessão de terras pelo Estado ao fazendeiro João Lanari (VAZ, 2013), a abertura da pista de pouso para pequenos aviões e o surgimento de uma atividade comercial na antiga vila de Boca da Mata, Redenção começou a gestar uma centralidade econômica exercida até os dias de hoje, acompanhando a tendência da expansão da fronteira econômica na região amazônica (BECKER, 1990), ligada ao avanço do capitalismo, sobretudo com a produção de commodities, inicialmente com a pecuária e, mais recentemente, com a soja, que tem avançado no sudeste e sul do estado. Nesse sentido, os comércios e serviços da cidade são historicamente organizados para atender às demandas que não se limitam àquelas do próprio Município em que se localiza, conforme demonstrado pelo levantamento dos estabelecimentos comerciais existentes na cidade e seus respectivos alcances de clientela.

Na seção seguinte, buscou-se identificar as atividades realizadas em nível intraurbano e que conferem à cidade papel preponderante na manutenção do agronegócio regional, a ponto de elevá-la à condição de cidade média do agronegócio, nos termos de Elias (2007, 2011, 2012). A existência de representações comerciais de venda de sêmen, de casas agropecuárias e escritórios que trabalham com planejamento para obtenção de financiamento bancário, mas também de concessionárias de máquinas agrícolas e outros estabelecimentos aponta que o comércio local se mostra atento por entender os movimentos do mundo, como bem colocou Santos ([2000] 2001).

Essa tendência confere à Redenção um robusto setor de comércio e serviços, que vai além das necessidades do agronegócio, sendo esse um setor da economia que contribui bastante para a composição do PIB, como apresentado na Tabela 4. A concentração de serviços educacionais (as várias faculdades ou polos de educação à distância), de saúde (as clínicas e hospitais particulares) e de transporte (as concessionárias e serviços de manutenção), além da presença de lojas de vestuário, supermercados, academias, entre outras, contribuem para o fortalecimento do setor

terciário da economia, o que é importante para a manutenção de seu status de cidade com forte influência econômica na região.

Ainda nessa seção do trabalho, procurou-se identificar e analisar quais as implicações intraurbanas que existem considerando o papel que Redenção exerce na rede urbana do sudeste paraense. Para tanto, utilizaram-se os dados referentes ao PIB municipal, ao número de estabelecimentos comerciais, à geração de emprego e renda, bem como à quantidade de valores repassados pelo programa Bolsa Família à população.

Ainda, pode-se notar que em Redenção existe um forte discurso propagador da ideia de que a cidade é próspera devido ao agronegócio realizado no Município, com destaque para a presença de lojas de grife, circulação de sofisticadas caminhonetes, presença de carros importados e realização de festas que têm como atrativos músicos sertanejos de fama nacional, além de outros elementos, que alimentam a vaidade de que o discurso é totalmente verídico.

Com base no referencial teórico discutido neste trabalho, bem como nos trabalhos de campo e dados analisados, pode-se concluir que Redenção é uma cidade média do agronegócio, tendo em vista que o setor terciário atua na dinamização econômica redencense e que tal setor é fortemente influenciado pela dinâmica agropecuária. Portanto, entende-se que a cidade possui relevância regional e, em alguns momentos, como exposto no trabalho, uma importância que extrapola os próprios limites paraenses, ao fornecer insumos agrícolas necessários à produção agropecuária em outros estados do País.

Como bem apontou Becker (1990), o fenômeno da urbanização é imprescindível ao avanço da fronteira. Sendo assim, Redenção, localizada na fronteira amazônica, ocupa a função de centro urbano voltado às necessidades da expansão da produção de *commodities*, como a soja e a carne bovina. Ademais, cabe destacar também a importância do setor público para a manutenção econômica da cidade, pois, como apresentado no trabalho, é mediante os programas de transferência de renda e geração de emprego que o setor aparece ao lado do setor privado como responsável por parte significativa das ocupações e pela garantia e distribuição de renda na cidade.

Ao identificarmos um núcleo urbano que pode ser considerado como uma cidade média do agronegócio na região amazônica, sobretudo no sudeste paraense,

contribuímos para o debate sobre o planejamento do desenvolvimento no sentido de ampliar a ideia sobre a realidade urbana na Amazônia. Em outras palavras, reconhecer uma cidade média. para além daquelas já reconhecidas, auxilia nas discussões sobre como os núcleos urbanos amazônicos são influenciados pelas atividades econômicas de seu entorno, no caso de Redenção, pela produção de commodities, possibilitando pensar em políticas públicas que contemplem as necessidades locais da população.

Além disto, é necessário frisar que, apesar de ocupar o posto de cidade do agronegócio, esta condição não produz rebatimentos positivos no que diz respeito à distribuição de renda e acesso aos serviços de qualidade na cidade para toda a população. Isso porque, como apresentam Elias (2007) e Elias e Pequeno (2007), a desigualdade socioespacial é uma das marcas mais expressivas que existem nesses centros urbanos articulados para atenderem aos interesses de uma produção econômica que não é decidida em nível local.

A dinâmica do agronegócio produz em si a incongruência de gerar riqueza de maneira concentrada, fazendo com que as contradições entre o que é falado e o que é vivido logo se tornem evidentes. Isso fica claro, por exemplo, na ausência de transporte público em relação à contraditória existência de um aeroporto para voos particulares, mas também nos problemas de saneamento básico e na concentração de renda existentes na cidade.

Esses problemas são característicos de cidades que têm sua dinâmica econômica centrada no agronegócio, pois:

[...] as desigualdades sociais e as contradições de classe se expressam de maneira emblemática nas cidades funcionais ao campo moderno, tanto na materialidade do tecido urbano (segregação sócioespacial), quanto no estigma que caracteriza os bairros de ocupação popular (ELIAS *et al.*, 2016, p. 269).

Finalmente, ressalta-se que o presente trabalho é apenas o início de um amplo e complexo esforço para entender a dinâmica de uma cidade como Redenção, que, a julgar por sua paisagem e pelos discursos recorrentes, pode se apresentar como simples de entender para o viajante que tem pressa e que vê no espaço intraurbano elementos de modernização econômica. Frases ouvidas no cotidiano – como “Redenção é uma cidade rica por causa do agronegócio” – podem satisfazer às necessidades de explicação dos ouvintes mais afoitos.

Por outro lado, é possível dizer que, para os viajantes mais curiosos, Redenção vai se descortinando aos poucos. Em um primeiro momento, o impacto de uma cidade que tem uma estrutura urbana significativa, apesar de estar no interior do estado, chama a atenção. Em um segundo momento, se precisar de locomoção na cidade, o viajante se depara com um lugar sem transporte público e cuja principal maneira de ir de um ponto ao outro é pagando uma corrida de moto táxi que custa, no mínimo, oito reais. Por fim, em um terceiro momento, o viajante que procurar conhecer a noite redencense e sair em busca do que os moradores fazem para se divertir, com poucas praças e sem outras opções públicas de lazer, perceberá que quem tem dinheiro para gastar usufruirá de cinema, de bares, de lanchonetes, de estabelecimentos comerciais etc., diferentemente de uma parte significativa da população cujos recursos não permitem esses mesmos acessos; fato este que decorre da concentração de renda que ocorre na cidade. Todavia, ainda assim, são comuns entre seus moradores a ideia de que Redenção é uma “cidade próspera” do sudeste do Pará, mesmo que, de modo flagrante, a riqueza se concentre nas mãos de poucos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, O. Horizonte Minerals busca sócios para projeto no Pará. **Amazônia:** notícia e informação, São Paulo, 19 fev. 2013. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2013/02/horizonte-minerals-busca-s%C3%B3cios-para-projeto-no-par%C3%A1/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ALVES, E. O. **Desenvolvimento regional no sudeste do Pará:** uma fronteira de expansão no Centro Norte do Brasil. 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais:** a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP). 2010. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. *In:* SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-86.

BECKER, B. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

BECKER, B. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 172 p. (Coleção Terra Mater).

BECKMANN, E.; SANTANA, A. C. Modernização da agricultura na nova fronteira agrícola: MAPITOBA e sudeste do Pará. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 81-102, jan./mar. 2019.

CARDOSO, S. M. **A cidade dos invisíveis?** Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. *In:* SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-112.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. *In:* SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

CORRÊA, R.L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 5-12, 2011.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 1-13.

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 29-51, 2006.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. *In: SPOSITO, M. E. (org.). Cidades médias: espaços em transição*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, D. Relações cidade-campo, reestruturação urbana e regional do Brasil. *In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 12., 2012, Bogotá. **Anais** [...]. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p. 1-16.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. *In: OLIVEIRA, H. C. M. (org.). Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 19-56.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades sócioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2007.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades sócioespaciais. *In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.). Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-285.

ELIAS, D. *et al.* Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, Rio de Janeiro, v.12, n. 18, p. 265-288, 2016.

EMBRAPA. **Programa de melhoramento genético e de adaptação de espécies vegetais para a Amazônia oriental**. Belém: EMBRAPA, 1999. 137 p. (Documentos, 16).

FAEL. Relação de cursos de graduação à distância. **FAEL**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://fael.edu.br/cursos/graduacao>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FESAR. Relação de cursos disponíveis. **FESAR**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://fesar.com.br/portal/graduacao>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FESSULPA. Cursos. **FESULPA**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://www.fessulpa.com.br/cursos>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FIC. Cursos FIC. **FIC**, Redenção, 2020. Disponível em: <http://www.ficredencao.com.br/cursos>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FORMA Pará: Unifesspa assina convênio para oferta de cursos em Redenção e Mocajuba. **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**, Marabá, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/unifesspa-na-midia/3903-forma-para-unifesspa-assina-convenio-para-oferta-de-cursos-em-redencao-e-mocajuba>. Acesso em: 04 fev. 2020.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro na fronteira**: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. Belém: Paka Tatu, 2013.

IBGE. Região de influência das cidades: 2008. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

IBGE. Censo demográfico: 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9678&t=publicacoes>. Acesso em: 22 maio 2019.

IBGE. Aglomerados subnormais. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 01 mar. 2020.

IBGE. Panorama da cidade de Redenção. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/redencao/panorama>. Acesso em: 25 maio 2019.

IBGE. Dados sobre o Produto Interno Bruto de Redenção, 2019b. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais>. Acesso em: 20 dez. 2019.

IBGE. Região de influência das cidades: 2018. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020

ISA. Mebêngôkre (kayapó). **Povos Indígenas no Brasil – PIB/ISA**, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)). Acesso em: 20 jun. 2020.

LEFÈBVRE, H. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing, 2013. 464 p.

LIMA, M. P. **De Boca da Mata à Redenção**: uma outra história. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2013. 116 p.

LIMA, M. P. **Redenção**: “a cidade polo do sul do Pará”. Goiânia: Kelps, 2015. 152 p.

MARIN, R. E. A. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. **Papers do NAEA**, Belém, n. 170, p. 1-25, 2004.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 123 p.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 188 p.

MELAZZO, E. S. Indicadores empíricos para a leitura de cidades de porte médio. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 439-460.

MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau D'arco. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 10, p. 1-120, mar. 1960.

MTE. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho**: microdados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Brasília, DF: MTE, 2020. Disponível em: <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/>. Acesso em: 01 abr. 2020.

NUNES, D. A. **Feiras livres & feiras de exposição**: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense. 2015. 256 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREFEITURA de Redenção apoia realização da 25ª Expo do Polo Carajás. **Prefeitura Municipal de Redenção**, Redenção, 10 mar 2020. Disponível em: <https://redencao.pa.gov.br/noticia/1074/Prefeitura-de-Redencao-apoia-realizacao-da-25-Expo-do-Polo-Carajas>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RAMIRES, C.L. A cultura do consumo e a produção simbólica dos espaços verticalizados nas cidades brasileiras. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.17, n.2, julh/dez., p.1-23, 1997.

REDENÇÃO. O município de Redenção. **Prefeitura Municipal de Redenção**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://redencao.pa.gov.br/municipio#:~:text=O%20Distrito%20de%20Reden%C3%A7%C3%A3o%20foi,de%20Reden%C3%A7%C3%A3o%20foi%20o%20Sr..> Acesso em: 12 fev. 2020.

RIBEIRO, R. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica**: a experiência de Marabá no sudeste paraense. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAGI. Total de famílias beneficiárias e valor total recebido em Redenção-PA. **Ministério do Desenvolvimento Social**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2001. 174 p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1979] 2008. 440 p. (Coleção Milton Santos, 4).

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1994] 2012. 144 p. (Coleção Milton Santos, 14).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1 reimp. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11)

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, [1988] 2014. 132 p. (Coleção Milton Santos, 10).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2017. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 474 p.

SEDAP. Série histórica - Pecuária. **SEDAP**, Belém, 2020a. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/content/soja>. Acesso em: 02 jan. 2020.

SEDAP. Série histórica - Soja. **SEDAP**, Belém, 2020b. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/content/soja>. Acesso em: 02 jan. 2020.

SEMOB. **Relação de loteamentos/condomínios em Redenção-PA**. Redenção: Prefeitura de Redenção, 2019. 1 p.

SESAI. **Polo base Redenção**: desaldeados. Redenção, 2019. 1 planilha color.

SILVA, F. C. A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia paraense (1890-1960). **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.10, n. 1, p. 5-22, jun. 2007.

SILVA, F. C. Bandeirantes modernos na Amazônia: a formação sócio-econômica da frente pioneira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 225, p. 1-35, dez. 2008.

SILVA, F. C. A Companhia de Terras da Mata Geral e a privatização da floresta amazônica no Sul do Pará. **Papers do NAEA**, Belém, n. 251, p. 1-20, nov. 2009.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

SOBARZO, O. Passo fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. *In*: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.).

Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 29-98.

SOBRINHO JÚNIOR, J. V. **Regularização fundiária urbana no município de Redenção-Pa:** um estudo de caso da Lei Complementar Municipal 66/2013. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Ciências e Meio Ambiente, Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. *In:* SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-256.

SPOSITO, M. E. B. *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. *In:* SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbanoregional e do público - privado. *In:* ANDRADE, T. A; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-78

TOURINHO, H. L. Z. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas:** análise considerando a articulação das escalas interurbanas e intraurbanas. 2011. 576 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRINDADE, G. O. **A cidade & a soja:** impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...].** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011. p. 1-21.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA,** Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator,** Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 93-106, dez. 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. *In:* SPOSITO, M. E. B. (org.).

Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. *et al.* Uma cidade média na Amazônia oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense. *In:* SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional:** Marabá e Los Angeles. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 27-222.

UEPA. Centros e Campi. **Universidade do Estado do Pará**, Belém, 2020. Disponível em: <https://www.uepa.br/pt-br/pagina/centros-e-campi>. Acesso em: 04 fev. 2020.

UNICESUMAR. Cursos de graduação à distância. **UNICESUMAR**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Unicesumar&oq=Unicesumar&aqs=chrome..69i57j46j0l6.14181j1j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 04 fev. 2020.

UNIFESSPA. Cursos de graduação. **UNIFESSPA**, Marabá, 2020. Disponível em: <https://crca.unifesspa.edu.br/cursos-unifesspa.html>. Acesso em: 04 fev. 2020.

UNINTER. Cursos de graduação à distância. **UNINTER**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://www.uninter.com/graduacao-ead/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

UNIP. Cursos de graduação e Pós-Graduação. **UNIP**, Redenção, 2020. Disponível em: https://www.unip.br/Ead/Ensino/Cursos_Graduacao_Pos_Graduacao. Acesso em: 04 fev. 2020.

UNIPLAN. Lista de cursos ofertados. **UNIPLAN**, Redenção, 2020. Disponível em: http://www.aquivocepode.com.br/uniplan/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=233. Acesso em: 04 fev. 2020.

UNIVERSIDADE BRASIL. Lista de cursos ofertados. **UNIVERSIDADE BRASIL**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://universidadebrasil.edu.br/portal/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

UNOPAR. Cursos disponíveis na unidade. **UNOPAR**, Redenção, 2020. Disponível em: <https://www.unopar.com.br/unidade/redencaopa-i1051591u>. Acesso em: 04 fev. 2020.

VAZ, V. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará:** terra, pecuária e desflorestamento. 2013. 167 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia.** Curitiba: Editora da UFPR, 2004. 290 p. (Série Pesquisa, 81).